



Anais da Assembléia

N.º 85

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 77.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1984

(Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado e Tuguio Setogutte (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Artagão Mattos Leão, Dirceu Manfrinato, Airton Cordeiro, Antônio Annibelli, Donato Gulin, Gabriel Manoel, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Tércio Albuquerque e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Está em votação a ata que acaba de ser lida.

O SR. ODENI MONGRUEL – Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI – (Pela Ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

25 Srs. Deputados responderam a chamada. Em votação a Ata. – Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o número 128/84, do Sr. ANTONIO HILÁRIO MONTEIRO - Presidente da Câmara Municipal de Iporã, encaminhando Moção de Apoio proposta pelos nobres Vereadores ANTONIO VICENTE DO CARMO, CLÁUDIO SORRILHA, JOSÉ FIRMINO DE SOUZA, ANTÔNIO OSÓRIO MARQUES e JURACI RIBEIRO DE ALENCAR, manifestando integral apoio à candidatura do ex-Governador, Sr. TANCREDO NEVES

à Presidência da República Federativa do Brasil. Certos de que o ilustre personagem saberá libertar o País do pesado jugo econômico que se encontra, reconduzirá a Nação dos princípios democráticos, tão grandemente aspirado pelo povo brasileiro e encontrará o caminho seguro e firme dos destinos de uma Nação livre e soberana. – Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 159/84, o qual objetiva dar nova redação ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 02/73.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 127/84, o qual objetiva a publicação no Diário Oficial do Estado da relação das entidades assistenciais beneficiadas pelos lucros da Loteria Estadual.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 62/84, o qual objetiva o estabelecimento de um piso de dois salários mínimos para os funcionários da Administração Direta e Indireta do Estado.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 124/84, o qual objetiva declarar de Utilidade Pública o "Lar dos Velhinhos São João Batista".

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na votação para o Projeto de Lei n.º 26/84, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário,

que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antenor Ribas de Camargo, ocorrido no dia de hoje, em Curitiba.

REQUER, ainda, que seja enviada cópia aos familiares na Rua Itupava, 1380 - ap. 02 - CURITIBA.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva prestar uma justa homenagem ao Sr. ANTENOR RIBAS DE CAMARGO, genitor do Sr. Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA - Dr. Edison Roberto Correia de Camargo, homem de elevadíssima estima e consideração, em Curitiba.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor ANTENOR RIBAS DE CAMARGO, ocorrido nessa Capital, no dia 10 do corrente.

O extinto era pessoa de excelente relacionamento em nossa cidade, vindo o seu falecimento causar enorme consternação aos seus familiares e amigos.

REQUER, ainda, desta decisão seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Senador Moacyr Dalla, Presidente do Senado Federal, solicitando imediata inclusão na Ordem do Dia, da Emenda Theodoro Mendes, que restabelece a eleição direta para Presidente da República.

REQUER, ainda, que da decisão do Plenário sejam notificados: o Deputado ULYSSES GUIMARÃES, Presidente do PMDB; DOUTEL ANDRADE, Presidente do PDT; Deputado RICARDO RIBEIRO, Presidente do PTB; LUIZ IGNACIO LULA DA SILVA, Presidente do PT; Deputado JOSÉ LOURENÇO, representante da Frente Liberal; e às Lideranças partidárias das Assembleias Legislativas.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Eleger democraticamente seu próprio Presidente da República, não é apenas um comprovado anseio do povo brasileiro, mas um direito que lhe tem sido inconstitucionalmente negado.

Independente de forças políticas e interesses partidários, tal anseio assume proporções de uma União Nacional, que congrega oposicionistas, situacionistas, operários e empresários, civis e militares, religiosos e leigos, como o comprovam as multitudes que comparecem aos comícios pelas DIRETAS JÁ!

Um país que se diz democrático e não tem o direito de eleger o seu dirigente máximo exerce uma democracia paradoxalmente forjada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Ilustríssimo Senhor José Carlos Campos Hidalgo, Diretor-Presidente do Conglomerado Banestado - Banco do Estado do

Paraná, através do Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que seja instalada a Agência no Município de Lupionópolis.

Tal pedido se faz necessário para que este município possa contar com os bons préstimos do Banestado, dando atendimento aos nossos co-estaduanos daquela região, visto que nesta localidade há carência de agências bancárias.

Por estes motivos é que solicitamos a instalação dos escritórios, e temos certeza que nosso requerimento contará com o apoio dos ilustres Pares que compõem esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, para que apure os fatos sobre a agressão sofrida por um repórter, no jogo entre o Atlético e o Coritiba, através da Secretaria da Segurança Pública.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, para que se apure e puna o culpado sobre a agressão sofrida pelo repórter Sidney Campos, da Rádio Club Paranaense, no jogo do último domingo, entre o Atlético e o Coritiba, no Estádio Antônio Couto Pereira.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A gloriosa corporação da Polícia Militar do Paraná, tem por objetivo manter a lei e a ordem, onde quer que esteja, usando da educação e do bom arbítrio a que lhe é atribuída, e isso é desnecessário dizer, mormente quando se trata ante a profissionais que estão no exercício pleno de suas funções.

Por ocasião do jogo de futebol entre Atlético e Coritiba, transcorrido no último domingo, dia 09/09/84, no Estádio Antônio Couto Pereira, vários incidentes tomaram parte, infelizmente, do espetáculo, e um deles, talvez até o mais lamentável, foi a agressão sofrida pelo repórter Sidney Campos, da Rádio Club Paranaense, que no desempenho de suas funções que é reportar os acontecimentos, levando aos ouvintes a melhor informação dos fatos. Informações estas que qualquer autoridade que age com sensatez tem o prazer de dá-las, principalmente quando de sua atitude outros se julguem lesados.

Se solicitamos a apuração dos fatos e para que o soldado agressor seja punido é para que não se denigre o nome dos soldados exemplares desta Corporação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado à direção regional da Rede Ferroviária Federal S/A., para que sejam colocados mais vagões à disposição de Maringá.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao que foi requerido pelo edil Orides Angeli, de Maringá, e por acharmos justa a reivindicação hipotecamos nosso apoio.

Ocorre que a falta e a consequente demora para conseguir o número de vagões necessários, segundo reclamações formuladas por cerealistas e industriais, vem acarretando prejuízos ao trabalho de escoamento da produção de nossa região.

Devido ao exposto se faz necessário que seja determinado a colocação de mais vagões à disposição de Maringá para melhor atender a demanda do escoamento da produção regional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Felipe Haja Mussi, Secretário de Estado da Segurança Pública, seja enviado estudos no sentido de se construir uma nova Delegacia de Polícia para o Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao que foi requerido pelo edil João Garcia Espíndola, de Marialva, e por acharmos justa hipotecamos nosso apoio e solidariedade ao mesmo.

A Delegacia de Polícia de Marialva encontra-se em total estado de precariedade. Em visita realizada pelos engenheiros da Segurança Pública ficou constatado a condenação do prédio que aloca a Delegacia de Polícia no estado em que a mesma encontra-se.

Por isso se faz necessário e urge que estudos sejam feitos no sentido de que seja providenciada a construção de uma nova Delegacia de Polícia para o Município de Marialva.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, objetivando a realização de estudos devidos, visando a criação e instalação de um posto de saúde totalmente equipado no Distrito Administrativo de Yolanda, pertencente à Municipalidade de Ubiratã.

De iniciativa do Senhor Antônio Santo Graff, bancário e residente há muitos anos naquela cidade, este afirma ser de fundamental importância a criação e instalação de um posto de saúde no Distrito de Yolanda, pois, nos últimos anos, a referida localidade, apresentou um crescimento populacional considerável, que atualmente está a exigir a implantação de uma estrutura à altura do seu porte, no que diz respeito ao atendimento de caráter preventivo.

Neste sentido, espera-se daquela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, o encaminhamento correto quanto a reivindicação ora formulada, que não é somente preocupação daquele conceituado bancário e militante político, mas também do conjunto da população daquele progressista Distrito Administrativo, chamado de Yolanda.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da Cohapar – Companhia de Habitação do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, no sentido de que, baseando-se em estudos devidos, avalie as reais condições de se realizar a implantação do sistema

auto-construção de cerca de cinquenta camas para o conjunto dos funcionários da Prefeitura Municipal de Campo Mourão.

Atualmente, é sabido que essa Companhia e Secretaria de Estado do Interior vem desenvolvendo em praticamente todo o interior do Estado do Paraná a formação de conjuntos habitacionais através do sistema de mutirão, cuja construção tem o envolvimento de grande parte da comunidade.

Tais moradias são edificadas pelos próprios futuros beneficiários, sendo que estes enquadram-se dentro da faixa de menor poder aquisitivo.

Fora de qualquer dúvida que este projeto ora em desenvolvimento em diversos municípios, constitui como grande alcance social, amparando um setor profundamente marginalizado por incontáveis injustiças sociais.

Em razão dos excelentes resultados até então conseguidos, notadamente no Município de Campo Mourão (onde estão sendo construídas casas cujo estágio já está bem adiantado) o presente requerimento tem por finalidade principal que essa Cohapar e Secretaria do Interior determine a realização de estudos objetivando avaliar as possibilidades de se implantar o sistema de auto-construção destinado ao conjunto dos funcionários da Prefeitura Municipal de Campo Mourão.

A maioria do funcionalismo público municipal mourãoense é formado por pessoas de poder aquisitivo muito limitado, sendo que a mesma não dispõe, entre outros fatores, de casa própria; dentro deste mesmo quadro, a maioria dos funcionários não desfruta de privilégios de alguns outros que residem em casas pertencentes ao imóvel público municipal.

Ademais, ante as consequências da atual situação econômica por que passa a Nação brasileira, as aspirações daqueles servidores municipais no que tange a aquisição de casa própria, estão muito longe de se tornarem um acontecimento real.

Neste sentido, aliando os excelentes resultados obtidos pelo citado sistema de construção de moradias às famílias carentes, aos desejos manifestados pelos funcionalismo público em relação a construção de casas, e que fundamento tal reivindicação ora exposta, que sem dúvida alguma, trará benefícios incontáveis aos laboriosos servidores municipais de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de que, mediante estudos apropriados, sejam avaliadas as reais possibilidades da criação e instalação de um posto de saúde junto ao novo conjunto habitacional construído pelo sistema mutirão (através da Cohapar – Companhia de Habitação do Paraná) na Municipalidade de Campo Mourão.

Está em fase bastante adiantada a construção de casas populares, através do conhecido "Projeto Mutirão", destinada às famílias pertencentes à camada de baixa renda existentes, que após a sua definitiva conclusão, oferecerá moradia a centenas de famílias.

Diante, e exatamente em função disto, é de fundamental importância que aquele futuro conjunto residencial esteja dotado não somente de uma infra-estrutura (conforme está previsto) básica mas também de condições outras aos moradores.

Tendo em vista esta reconhecida necessidade, a Senhora Cidália Guimarães de Araújo, Digníssima Responsável pelo Centro de Triagem de Assistência Social, localizada naquele Município, vê a necessidade de dotar o referido conjunto de um atendimento à saúde dos seus moradores, possível com a criação

e instalação de um posto de saúde por parte dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social.

Ademais, a existência de um organismo que ofereça assistência à população naquele conjunto, não permitirá somente atendimento àquelas famílias, mas também inclusive outro núcleo residencial circunvizinho, o Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira, que possui as mesmas características: constituído fundamentalmente de pessoas que se enquadram na faixa de pouco poder aquisitivo.

Espera-se portanto, a concretização ora exposta, haja vista sua importância para o Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. José Richa, Governador do Estado do Paraná, e aos Excelentíssimos Srs. Líderes da Bancada desta Casa, em que solicita a formação, em caráter de urgência, de uma Comissão Especial de Análise do Anteprojeto de Lei do Ministério de Estado dos Transportes sobre política portuária.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

As mudanças na política do setor portuário brasileiro, propostas pelo Ministério de Estado dos Transportes do Governo Federal, devem merecer a atenção e análise de todos os setores da sociedade, particularmente do Executivo e Legislativo de nosso Estado.

Considerando a importância de que se reveste o tema na economia paranaense, anexamos ao presente o anteprojeto referido e o pronunciamento gerador da presente discussão, a fim de que o Estado do Paraná, através de suas autoridades constituídas e de suas organizações sociais, possa pronunciar-se com firmeza e urgência a respeito da matéria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-escrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pedindo providências no sentido de serem realizadas reformas e melhorias no FÓRUM DA COMARCA DE MATELÂNDIA.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O Fórum da Comarca de Matelândia, por ação natural do tempo e do crescimento vegetativo que ocorreu desde o tempo de instalação da Comarca, está carente de reformas e de ampliações que atendam a demanda funcional respectiva do volume de trabalho judiciário que hoje se registra ali.

Por isso, com espírito enaltecedor da política de adequação e aperfeiçoamento das estruturas físicas do Poder Judiciário que vem sendo empreendida pelo Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, entendemos que o presente requerimento se somará a essa ação realizadora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública encarecendo a destinação de uma viatura policial devidamente equipada para prestar serviços na municipalidade de Barbosa Ferraz.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista a precária situação que se encontra a Delegacia de Polícia de Barbosa Ferraz, no que tange ao transporte. O organismo policial daquele município não dispõe atualmente sequer de um veículo em condições de uso, existindo apenas um veículo, que aliás está estaleirado, exatamente por não apresentar qualquer condição de uso, dado ao seu estado.

Tal situação só está proporcionando intranquilidade no seio da sociedade, uma vez que a Delegacia de Polícia mantém muito precariamente a segurança de um modo em geral, fato que inclusive já trouxe sérios transtornos.

Urge, portanto, determinar o encaminhamento de medidas capazes de devolver à população de Barbosa Ferraz, maior segurança e tranquilidade.

Neste sentido, espera-se dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, destine imediatamente uma viatura policial devidamente equipada, sendo tal reivindicação de iniciativa louvável do Excelentíssimo Sr. Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. João Batista de Almeida.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública objetivando a destinação de uma viatura policial devidamente equipada para a Delegacia de Polícia localizada na municipalidade de Ubitatã.

A situação dos veículos que formam a frota oficial disponível na Delegacia de Polícia em Ubitatã, apresentam pequenos problemas, e sempre estão necessitando de alguns reparos. No entanto, mesmo que o número de veículos apresente-se em condições de uso, há a real necessidade de que aquele organismo policial disponha de mais uma viatura, devidamente equipada, pois através da mesma, será possível oferecer maior operacionalidade, eliminando inclusive algumas deficiências encontradas neste setor.

Tal reivindicação ora exposta, é de iniciativa do Sr. Dr. Carlos Alves, Advogado e Chefe da CIRETRAN, que afirma ser imprescindível que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública autorize imediatamente um veículo para a segurança de Ubitatã.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida

ao Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de que sejam liberados materiais destinados à ampliação do sistema de abastecimento de água e galerias pluviais na municipalidade de Peabiru.

O pedido parte da Prefeitura Municipal de Peabiru, através do Excelentíssimo Sr. Nelson Proença, Chefe daquele Executivo, que afirma ser de máxima urgência a realização de obras que visem a ampliação do sistema de abastecimento assim como a construção de diversas galerias pluviais, tendo em vista as próprias exigências dos organismos de saúde pública existentes.

Neste sentido, espera-se dessa SANEPAR e Secretaria de Estado do Interior, o atendimento desta que é, sem dúvida, uma importante reivindicação oriunda da Administração Municipal, liberando os materiais abaixo discriminados:

- 300 tubos PVC marrom - junta elástica de três polegadas;
- 3.670 tubos PVC marrom - junta de duas polegadas;
- 35 curvas de 90.º "J.E." - duas polegadas;
- 50 "Tês" PVC "J.E." - duas polegadas;
- 25 cruzetas PVC "J.E." - duas polegadas;
- 35 registros de gaveta PVC "J.E." - duas polegadas.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a recuperação e conservação do trecho compreendido entre as margens da Rodovia BR-272 (Campo Mourão - Goioerê) até as proximidades do Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na municipalidade de Goioerê.

O estado que se verifica naquele trecho de estrada que serve de acesso às dependências daquele estabelecimento educacional, por inúmeras vezes torna-se intransitável, tendo em vista especialmente quando acontece precipitações. Tal situação tem levado grande contingente de alunos a desistirem de continuar freqüentando as aulas exatamente pela total falta de condições de tráfego daquele referida estrada.

Portanto, é indispensável que essa Secretaria de Estado dos Transportes determine a imediata recuperação e permanente conservação daquele acesso, sendo a presente solicitação de iniciativa do Ilustríssimo Sr. Sérgio Rodolfo S. Orcelli, DD. Diretor do Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga, conforme correspondência enviada a este Deputado que abaixo subscreve.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, visando a liberação de recursos orçamentários a serem destinados à realização de obras de uma quadra de esportes nas dependências da Escola Estadual D. Pedro II - Ensino de 1.º Grau, localizado na municipalidade de Janiópolis.

A Associação de Pais e Professores daquele conceituado estabelecimento educacional, conforme correspondência enviada, reivindica dessa Secretaria de Estado da Educação, que estude as reais possibilidades da construção de uma quadra de esportes em suas dependências através da liberação de recursos orçamentários suficientes.

A pretendida construção de uma quadra de esportes é uma antiga aspiração não somente daquela entidade que representa a classe dos professores e pais, que é presidida pelo Ilustríssimo Sr. Lino Dias da Silva, mas também do estudantado. A falta de um local apropriado para o desenvolvimento esportivo só tem comprometido a realização da prática de educação física, conforme a sua determinação prevista nos currículos que regulam o ensino de Primeiro e Segundo Graus.

A reivindicação ora anunciada, sem dúvida nenhuma é inteiramente justa, e por certo que merecerá todo o empenho no sentido de tomá-la um fato real, cuja participação desta Pasta é fator indispensável.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente aos Excelentíssimos Srs. Secretário das Finanças e Presidente da COPEL, solicitando o término da instalação de rede de energia elétrica no Jardim Aeroporto, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Jardim Aeroporto, no Município de Campo Mourão, infelizmente não conta até o presente momento com a infraestrutura capaz de suprir as necessidades dos que lá habitam e que com seu trabalho fazem o progresso não só do Município mas também do Estado do Paraná.

Entre esses melhoramentos básicos, há necessidade urgentes ali de se implantar a rede de energia elétrica, daí a presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, encarecendo uma avaliação profunda quanto às condições reais de se criar e instalar um colégio a nível de Segundo Grau, na municipalidade de Quinta do Sol.

Os diversos segmentos que formam a comunidade de Quinta do Sol, mantem atualmente um colégio de Segundo Grau há cerca de oito anos, sendo que a referida instituição educacional já foi a responsável pela formação de inúmeros jovens ao longo de sua existência.

A fundação daquele educandário foi uma solução encontrada na época para o ensino de segundo grau, até então existente. No mesmo período, as lideranças da comunidade desenvolveram enormes esforços no sentido de trazer para aquela cidade, a implantação de uma escola da rede estadual de ensino que atendesse as necessidades básicas, a nível de

segundo grau.

Mas naquele mesmo período, o Governo Estadual simplesmente manteve-se insensível às aspirações da população que até os dias de hoje ficou sempre à mercê de qualquer apoio oficial.

Tendo em vista esta realidade conjuntural, mesmo diante dos incontidos esforços do povo de Quinta do Sol, no que se refere ao citado estabelecimento educacional, há a necessidade imperiosa de se assegurar um reordenamento de ensino. Pois, tem se tornado cada vez mais impossível a manutenção daquela escola, às custas da comunidade que usufrui dos cursos existentes.

Diante destes fatos, a Câmara Municipal de Vereadores de Quinta do Sol, representada pelo seu Presidente, o Excelentíssimo Sr. Helmut Etgeton, formalizaram um pedido à sua entidade de classe a nível regional, a ACAMDOZE - Associação de Câmaras Municipais da Microrregião Doze, quando esta se reuniu recentemente para tratar de assuntos de interesse da categoria, endereçado a essa Secretaria de Estado da Educação, visando a criação e instalação de um colégio de segundo grau.

Seguramente que o posicionamento unânime do conjunto dos nobres Vereadores com assento naquela honrosa Casa de Leis é por demais justa, vindo de encontro aos anseios da comunidade de Quinta do Sol, notadamente do setor educacional.

Espera-se, portanto, dessa Secretaria de Estado da Educação, um posicionamento que possa atender uma das mais antigas reivindicações daquele povo trabalhador e justo.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER apos ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, da íntegra do documento anexo formulado pelo advogado José Alberto Dietrich Filho contra o Presidente da República Federativa do Brasil, General João Baptista Figueiredo, e ao mesmo tempo, contra os Ministros de Estado do Planejamento, Antonio Delfim Neto, da Fazenda, Ernane Galvêas e Afonso Celso Pastore, Diretor-Presidente do Banco Central.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

O advogado José Alberto Dietrich Filho formulou denúncia contra o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, contra os Ministros Delfim Neto, do Planejamento, Ernane Galvêas, da Fazenda e Afonso Celso Pastore, Diretor-Presidente do Banco Central, por crime de responsabilidade contra a União e mais, por exporem a Nação a situações clamorosamente vexatórias, comprometendo de forma inaceitável a dignidade nacional.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 225/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficarão dispensados do expediente, sem prejuízo de suas vantagens e direitos, os funcionários que exercem mandatos eletivos na Presidência de Associações de classe.

Parágrafo único. Para o reconhecimento das entidades de classe de que trata este artigo, serão necessários os seguintes requisitos:

I — Que a associação ou entidade possua a filiação de mais de 50% (cinquenta por cento) dos profissionais em atividade, devidamente atualizados e legalizados em nosso Estado;

II — que a Associação ou entidade esteja legalmente constituída e em atividade ininterrupta por mais de 5 (cinco) anos;

III — que não tenha fins lucrativos; e,

IV — seja reconhecida de utilidade pública.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

As entidades de classes representativas e combativas tem na sua diretoria devidamente legalizada, constituída e democraticamente eleita, o porta-voz e representante máximo.

Portanto o projeto de lei acima proposto tem por finalidade dar maior mobilidade à Diretoria na figura do seu presidente, para melhor encaminhar as reivindicações de seus membros, bem como atender aos interesses da classe no cumprimento do seu papel frente às aspirações da população.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “De acordo com declaração feita em emissoras desta Capital, vemos setembro, tradicionalmente tido como o mês da esperança, trazendo a infeliz consciência de que a pesada carga inflacionária está aumentando. Somos contemplados com aumentos de preços nos veículos, nos transportes, no vestuário, na alimentação e até na passagem de ônibus urbano.

Não podemos afirmar que o setor oficial, tanto Federal como Estadual, fica fora deste festival. Eles estão fazendo a sua parte, no carro-chefe do espetáculo, com os aumentos nas taxas de energia elétrica e no telefone (ocorridos no início de agosto), no combustível) (no fim deste mesmo mês) nas tarifas de água e esgoto (no início de setembro) e até nas custas judiciais.

Mas a maior atração da tecnocracia de Brasília foi mostrada ao público no dia 1.º, com o “reajuste” em mais de 80 por cento nas tarifas do Correio.

A nível de Estado, temos uma gafe. As cortinas se abriram, o espetáculo começou. E só depois disso eles se lembraram que deveria ser anunciado. Isto quer dizer que as tarifas de água e esgoto, reajustadas no dia primeiro, só foram levadas ao conhecimento do povo quatro dias depois.

O certo é que há produtos, cujos aumentos têm algumas explicações. Vários alimentos, por exemplo, foram seriamente atingidos pelas geadas. Mas a ganância de pessoas mal intencionadas (muitas daquelas que reclamam da má política econômica, pedindo a queda do Governo) fez com que produtos não

atingidos pela geadas, fossem aumentados.

Um caso específico é o tomate. Este produto faz parte da relação divulgada pela CEASA, como sem prejuízo, uma vez que veio de São Paulo, onde, segundo informações da Secretaria da Agricultura, não houve prejuízo com o frio. No entanto, seu preço no atacado subiu de Cr\$ 13 mil a caixa de 23 quilos (570 cruzeiros o quilo), no dia 28 de agosto, para Cr\$ 17 mil a caixa (739 cruzeiros o quilo), ontem (no dia 4 de setembro).

A situação chegou a tal ponto que a própria CEASA admitiu haver irregularidades, divulgando uma nota onde afirma que "o chuchu, o tomate, a vagem, a beterraba, a batata, a cebola, a cenoura, a abobrinha, a banana, a laranja e mesmo o repolho, sofrem ação de especulação".

Outro exemplo mostra que esse problema não só ocorre no mercado atacadista. Comparemos os preços destes comerciantes com os dos varejistas, ou seja, os feirantes, supermercados, etc.: a cenoura subiu no atacado cerca de 9 por cento, mas o consumidor está pagando 18 por cento a mais.

Preocupados com essas coisas, o partido governista aprovou no Senado Federal uma série de modificações na lei salarial. Nelas há a disposição que os salários passem a ser reajustados em cem por cento do INPC, se também forem aprovadas pela Câmara e sancionadas pelo Presidente da República.

O ruim é que continuamos a presenciar este festival de aumentos. E nisso, a oposição nacional entra para valer. É só notar as cobranças "por fora" nas taxas e impostos tabelados pelo Governo Federal. Repare as taxas de iluminação pública cobradas pela COPEL, simultaneamente com os impostos prediais. E é por isso mesmo que os ônibus urbanos já estão mais caros em Curitiba.

Mas não podemos esquecer o grande espetáculo de abertura desse festival, com os aumentos dos combustíveis. O engenheiro e construtor de veículos Mário Gurgel, declarou, recentemente, à Revista Quatro Rodas, que os últimos reajustes nos combustíveis são frutos do "lobby" de cerca de 200 usineiros de álcool. Justificam eles que o custo de produção desse produto é alto e precisam de novos preços compensatórios.

Como há um acordo entre o Governo Federal e as indústrias automobilísticas, de que a gasolina seja sempre 35 por cento mais cara que o álcool, os aumentos abrangem todos os combustíveis. Na esteira disso vêm os reajustes de transporte, alimentos, e outros tantos que deprimem o nosso povo.

Sabemos que o custo do álcool é caro. Tão alto que os Estados Unidos abandonaram o projeto de usá-lo comercialmente logo após a Segunda Guerra Mundial. Some-se a isso os desvios ocorridos no PROÁLCOOL e o pouco resultado obtido até agora. A conclusão é que há redundante fracasso.

No momento, com o grande avanço na produção interna de derivados de petróleo, acreditamos que o sentido nacionalista dado ao PROÁLCOOL não tem mais razão de ser. Se a gasolina já é nossa, segundo anúncio recente da PETROBRÁS, por que então devemos continuar com um programa inflacionário, corrupto e tecnologicamente falho como o do álcool?

Isto tudo sem dizer dos milhões de hectares usados para a cana-de-açúcar, que muito bem poderiam estar produzindo alimentos.

A produção de álcool deve continuar com todo o apoio oficial, mas endereçado para outros usos, que não prioritariamente o dos combustíveis de veículos automotores.

Assim talvez se refreie os abusivos aumentos dos derivados de petróleo".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nota oficial expedida no dia de ontem pelo Governo do Estado do Paraná, a propósito da antecipação para setembro do prazo para concessão de autonomia às universidades estaduais do Paraná, merece uma reflexão.

Se o Governo do Estado trata por devolução de autonomia às universidades estaduais, o trato de matérias pertinentes à política de pessoal, e se faz referência à autonomia universitária no sentido de atitude generosa de devolução, nós estaríamos diante, aí sim, da perda da autonomia universitária, até porque, autonomia é prerrogativa, é o direito e a faculdade que tem a Instituição de Ensino Superior de, por regras próprias, por leis próprias, disciplinar a sua própria existência, o seu funcionamento.

O que nós verificamos é que essa atitude prende-se muito mais à devolução de responsabilidade exclusiva às universidades estaduais do Paraná de responderem pelos encargos financeiros, no que diz respeito agora neste momento, ao reajuste salarial previsto para o corrente mês.

Ora, as associações de funcionários administrativos e docentes das três universidades estaduais, de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa, vêm solicitando ao Sr. Governador do Estado, que não adote como critério para reajuste, o disposto no famigerado, no irreal Decreto Federal 2065/83, e pleiteiam de maneira justa, de forma oportuna, a correção na ordem de 100 por cento do INPC.

Muito bem. Na reunião levada a efeito no dia de ontem, entre as universidades estaduais representadas pelos respectivos reitores e o Governo do Estado, com a presença de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, depreende-se que o Governo assume a responsabilidade de cobrir 100 por cento até dezembro deste ano, entregando as universidades, a partir de janeiro de 1985, à sua própria sorte, liberando-as do que se faz hoje, ou seja, deixá-las presas ao Conselho Deliberativo de Pessoal, órgão soberano do Estado, assim entendido, e que tenha competência de traçar toda essa política financeira e salarial para os servidores do Estado.

Aí sim, eu vejo uma atitude que fere a autonomia universitária em sua plenitude, porque o que é nisto — que as universidades sem a manutenção dessa prerrogativa que as distingue das demais escolas isoladas, deixam de ser entendidas como institutos de ensino superior, maiores.

O que é preciso, portanto, é que os reitores das Universidades Estaduais não fiquem a partir de janeiro do próximo ano, com a responsabilidade única de tratar uma política de pessoal muito mais consentânea com as dificuldades do momento, mas apenas respondendo com recursos do Estado, insuficientes para cobrir as necessidades de pessoal dessas universidades. Porque no próprio regime fundacional é da competência da comunidade como um todo, participar não apenas da constituição do patrimônio de universidade ou de instituições, com a personalidade jurídica e com a forma jurídica de fundações, mas também a própria clientela.

Se não houver por parte do Estado — que e quem justamente instituiu as três universidades estaduais — a participação efetiva e solidária para que a política salarial satisfaça, plenamente, as reivindicações dos professores das Universidades de

Londrina, Maringá e Ponta Grossa, o que nós verificamos é que quem arcará com esse diferencial sem dúvida nenhuma será a própria clientela. Numa linguagem mais simples, a quem caberá a fatura? Pergunto. A resposta é certa: caberá aos estudantes que terão de botar a mão no bolso, com mais força, de maneira mais freqüente e com maior intensidade, objetivando cobrir essa diferença. Entre o ditado pelo Decreto 2065 e os cem por cento/hora requeridos de maneira muito justa, pela comunidade universitária estadual.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna na tarde de hoje, para em nome não só nosso, acreditamos, mas também de todos esses parlamentares que têm assento na Assembléia Legislativa.

Em primeiro lugar, para congratularmos com a classe dos Médicos Veterinários, que no último dia 9 teve comemorado o seu dia nacional. Congratulação essa que fazemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não só por aquilo que representa a medicina veterinária para o nosso Estado, para o nosso País, e para o mundo como um todo, mas principalmente por aquilo que tem sido feito e por aquilo que tem se tentado fazer em termos de Estado do Paraná, por esse conjunto de pessoas que labutam no dia-a-dia, principalmente ao lado do homem do meio rural.

E nesta semana, mais precisamente de dez a quinze de setembro, em Curitiba, uma série de programações estarão acontecendo, objetivando comemorar e não só comemorar mas levar alguma coisa a mais aos médicos veterinários e à comunidade como um todo. A Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, o Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná, o Conselho Regional de Medicina Veterinária, Associação das Senhoras dos Médicos Veterinários do Paraná se somam e em conjunto promovem grandes realizações, que vão de encontro, como já disse, não só aos interesses dos myúlfos veterinários, mas da coletividade paranaense.

Culminando essas comemorações teremos, no sábado, palestras voltadas para o aperfeiçoamento político da classe médico-veterinária, da comunidade como um todo, proferidas pelos eminentes brasileiros de renome internacional, eu diria até: Celso Furtado e Marcos Freire. E, para nossa felicidade, vindo que de certa forma coroar e brindar esses profissionais que tanto labutam e tanto têm se empenhado em se somar esforços com o Governo do Estado, nas realizações e na concretização de suas diretrizes e de seu programa de governo.

Recebe esta classe de médicos veterinários, com muita alegria, com muita satisfação e reconhecimento pelo seu trabalho, acreditamos nós, recebe do Governo Estadual a assinatura do decreto que cria, a nível de Estado do Paraná, o Conselho Estadual do Leite, Conselho este que surgiu dos debates e das discussões realizadas a nível de Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa e que levada a Sua Excelência o Governador José Richa, obteve parecer favorável e nos últimos dias teve o decreto de criação assinado por Sua Excelência, passando a partir daí a existir oficialmente e, portanto, podendo a partir de agora, trabalhar em

defesa não só, veja bem, dos médicos veterinários, mas principalmente dos produtores de leite e dos consumidores de leite do Estado do Paraná.

Ainda mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos aqui para, sensibilizados, nos congratular com o Secretário de Estado das Finanças, o nosso eminente vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos que, acatando uma nossa sugestão, leva ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) uma proposta que a ele fizemos, de inserir do ICM o leite A e o leite B. Todos nós sabemos que a nível de Estado do Paraná a produção de leite A e leite B é ainda pequena, mas se liberado de tributo, este leite poderá ser colocado ao consumidor a um preço mais satisfatório e, portanto, poderá através desse preço ter o seu consumo aumentado e, por conseguinte, estimular novos produtores a entrar na exploração e produção de um leite de mais alta qualidade no seu aspecto genérico. E estando nós na "Semana do Médico Veterinário" é que agradecemos tais medidas do Governo Estadual.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Piraquara e Região Metropolitana estão de parabéns. Ontem foi instalada a Comarca de Piraquara, compreendendo os Municípios de Campina Grande do Sul e Quatro Barras. Uma sessão histórica no próprio Fórum que foi criado, que foi construído, antes sendo a Prefeitura e agora adaptado para a Justiça, se desenvolveu ontem a instalação da mais nova Comarca do Estado do Paraná. Nós que representamos aquele município, junto a esta Assembléia, junto ao Governo do Estado, nós que, também juntamente com Acir Mezzadri, representamos Campina Grande do Sul e Quatro Barras, nos associamos a este evento histórico, fruto da luta de tantos e tantos ilustres paranaenses, não só filhos desses municípios, mas também filhos de Curitiba e de outras regiões. É de ressaltar também a presença lá, ontem, do Deputado Gilberto de Carvalho que, representando a Bancada Oposicionista nesta Casa, levou o seu abraço àqueles que propugnaram pelo grande ato da instalação da Comarca. Nós estamos sensibilizados e queremos neste ato deixar patenteado ou patenteada a nossa gratidão ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Alceu Conceição Machado, pela iniciativa e pelo apoio dado às lideranças de Piraquara e as lideranças representativas daquele município, e dos demais que compõem a Comarca que são Campina Grande e Quatro Barras.

É de ressaltar também que esta Comarca vai beneficiar toda a comunidade paranaense, pois representa um desafoço de aproximadamente 14% de todo o movimento judiciário. Cerca de 300 processos criminais serão imediatamente transferidos para Piraquara. Outros tantos processos da área cível também serão para lá transferidos.

E nós, nesse nosso regozijo, queremos considerar o avanço da distribuição da Justiça, e com orgulho estará à frente desta Comarca o piraquarense Doutor Eroze Zeni, Juiz, de Direito de 1.^a Instância ou da 4.^a Instância que escreverá as primeiras linhas da Comarca de Piraquara.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é com muito orgulho, com muita alegria que nós cumprimentamos o Prefeito

Alceu Zielonka, seus Vereadores, as suas lideranças todas, por este grande acontecimento histórico para a Justiça paranaense.

Era so, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Le):

"... Eles derrubaram o mato, mataram as cobras,
E amansaram este lugar selvagem.
Caiu a chuva, brilhou o sol, foi lançada a semente.
O ventre da terra concebeu, e deu à luz o pão.
Foi então que apareceu o "coronel",
De escritura e ameaça na mão.
Organizou-se logo a resistência,
Veio o jagunço e o meu avô tombou assassinado..."

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Infelizmente, após dezenas de anos de despotismo, em que se confundiram a desvirtuaram os interesses maiores da Nação em proveito do grande capital, a função social da propriedade da terra foi preterida. De ninguém é desconhecida a amplitude do problema de terras no Brasil, em que 42 milhões de hectares estão totalmente inexplorados e 40 milhões de hectares são subutilizados (deixando-se à margem destes índices as terras devolutas). Por outro lado, 35 milhões de hectares do território brasileiro estão no poder de multinacionais, ao mesmo tempo em que, face a medidas arbitrárias que apenas favorecem estes grupos econômicos ou os grandes proprietários, as condições de vida dos trabalhadores rurais tem vindo, paulatinamente, a se agravar.

A crise da terra vem desde os tempos remotos em que o pequeno produtor se instalava na terra, preparava-a, e dela retirava o seu sustento e de sua família; então surgia o "coronel", que através de todo o tipo de violência, ali se instalava, passando a usufruir do trabalho daquele que dominara, ou que na maioria dos casos, também, assassinara. Atualmente, embora os maios não sejam exatamente os mesmos, as consequências são idênticas; o capitalista, com sua atividade esbulhadora, a concentração de terras sob o poderio de grandes monopólios, cenas que se repetem no dia-a-dia, ocasionando a miséria de milhares de famílias de trabalhadores rurais.

As medidas que a nível federal foram tomadas, tais como cooperativismo, a difusão do crédito agrícola e pesquisas científicas, comprovaram por demais que, enquanto não for adotada uma política agrícola em que hajam mudanças estruturais, de nada adiantarão os paliativos; a própria promulgação do Estatuto, da terra, em 1964, que objetivava a desconcentração e desmonopolização da propriedade agrária, não atingiu suas finalidades, haja vista a indiferença das autoridades perante os seus dispositivos.

Porém, as mudanças estruturais que urgem no setor, neste momento só serão possíveis por intermédio de uma eficaz reforma agrária, que redistribua as terras e contribua para a solução de questões nacionais, como o desemprego e os subempregos, fixando o homem à sua lavoura e, consequentemente, imprimindo a retomada do desenvolvimento. Como se pode verificar pelos números das diversas estatísticas sobre o assunto, este é um problema social de grande abrangência, mas que se atendido com o indispensável carinho

resolverá grande parte dos problemas que se abatem atualmente nas zonas urbanas.

No entanto, preocupado com essa conjuntura, mas não com a sua solução, o Governo Federal, através do INCRA e sob os dizeres astuciosos de que o Brasil "está realizando a maior reforma agrária do mundo", vem distribuindo títulos de terra com o objetivo de aliviar as áreas de tensão, e conseguindo com isso apenas a desmobilização popular e preterindo uma reforma agrária que se impõe, oficializando com essa atitude de pseudo-paternalismo e curandeirismo fundiário.

No Paraná, a situação nunca diferiu da que se constatava no restante do território nacional. As invasões de terras repetiram-se desde os idos do início do século até aos nossos dias; aliás, a bem da verdade, durante a década de 50, o Paraná chegou a figurar tristemente nas primeiras páginas dos órgãos de comunicação de todo o País, quando empresas colonizadoras, coniventes com autoridades estaduais, por intermédio de ações sangrentas, se apossaram de extensas áreas de terras, forçando várias famílias de pequenos produtores a buscar refúgio na Argentina, diante da inoperância das forças policiais.

Atualmente, as terras ociosas no Estado chegam a 2 milhões e 800 mil hectares, entre várzeas e propriedades improdutivas; entre 1960 e 1980 houve uma redução da ordem de 18% de estabelecimentos rurais; de acordo com Salvador Ferraz, agrônomo e sociólogo do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura, essa diminuição estatística significa que os proprietários das terras decidiram não mais arrendá-las, passando a administrá-las pessoalmente, sintoma inequívoco do avanço do capitalismo. Outros fatores podem também ter contribuído para este resultado, tais como a mecanização e a erosão, elementos que já tive a oportunidade de referir anteriormente desta Tribuna; porém, a concentração de terras nas mãos de grandes agricultores e empresários prepondera como causa maior na migração dos trabalhadores rurais para os setores urbanos.

Diante do fato de não estarem sendo tomadas, a nível federal, medidas salutares e reformadoras com relação ao sistema agrário nacional, é com satisfação e esperança que olhamos os diversos programas que estão sendo implantados em conjunto pelo Instituto de Terras e Cartografia e Secretaria de Estado da Agricultura, visando inicialmente o assentimento rural e o estabelecimento de uma política fundiária que venha dirimir situações conflitantes no Paraná. Como Estado eminente agrícola, primeiro produtor nacional de grãos, terceiro Estado agropecuário e com mais de 70% de seu território ocupado por lavouras e pastagens, tem o setor agrícola importante contribuição a acrescentar à Renda Interna, sendo a evasão da população rural um sintoma por demais alarmante o qual importa em erradilar rapidamente.

O primeiro passo a ser dado por aqueles dois órgãos estaduais, com relação ao assentamento rural, e dentro da linha programática de propositos sociais, econômicos e políticos, será através da viabilização de áreas, seguida de um cadastramento e seleção de beneficiários (com a participação das comunidades interessadas) e da implantação do arcabouço infra-estrutural.

No que diz respeito à política fundiária como um todo; embora seja matéria federal, o Estado do Paraná através dos órgãos competentes, tem a obrigação de, dentro dos limites do seu território estabelecer as medidas que se fizeram indispensáveis para a garantia da subsistência e progresso social e econômico dos seus trabalhadores rurais.

Portanto, dentro da linha de idéias de que o ITC e a Secretaria de Agricultura não devam se abster de uma programação de metas, passam a estabelecer uma política fundiária destinada a corrigir as várias distorções no setor.

Com relação às terras devolutas, sobre as quais o Estado,

a partir de 1978, passou a exercer fiscalização, no sentido de ali proporcionar um tratamento social, foi dado um grande passo para o florestamento da propriedade familiar. Os títulos de concessão de uso serão precedidos de criterioso exame do caso concreto, com o fim de evitar o comércio de posses, e concedidos para famílias que possuam características de unidade familiar produtiva.

Também, com relação à desapropriação por interesse social para fins de colonização, e terras de domínio das empresas públicas e patrimoniais do Estado, a primeira referente à existência de latifúndios e a segunda referente a terras que não estejam sendo aproveitadas ou com função divergente da que o órgão lhe queria imprimir, também, aqui o ITC realizará vistorias "in loco", para avaliação do potencial agrícola e sócio-econômico.

Embora, ainda, em processo inicial, tais programas bem representam a vontade que o Paraná tem de urgentemente, realizar as mudanças estruturais que todo o País reclama.

A nossa luta pela reforma Agrária, contra a concentração de terras e pela melhoria das condições sociais e econômicas no meio rural, continuará, como meio de alcançar a justiça social, erradicando do cenário estadual a figura sofrida e explorada do bóia-fria.

A TERRA PARA QUEM NELA VIVE E TRABALHA".

O Sr. Edgard Pimentel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento.)

Eu agradeço o aparte e quero cumprimentá-lo, Deputado Rubens Bueno, portanto Vossa Excelência traz a este Plenário, na tarde de hoje, um discurso elaborado com essência e que interpreta plenamente a angústia de todo homem identificado com a problemática do campo.

Por diversas vezes eu já me coloquei frontalmente contra o Estatuto da Terra hora vigente no País, porque entendo os problemas sociais que nós hoje enfrentamos, são decorrentes, na maioria das vezes, da má distribuição da nossa terra, enfim, pela estrutura fundiária, que é contrária aos interesses sociais, não só do Paraná, mas do Brasil inteiro.

Existe, uma série de questões que devem ser analisadas, no tocante, especificamente, ao Estatuto de Terra, que é muito bem elaborado, bonito, acadêmico, entretanto na prática já se demonstrou eivado de erros. Por exemplo, eu entendo, Deputado Rubens Bueno, de que hoje o direito de propriedade adquirido por todos os pequenos, médios e grandes proprietários, muitas vezes é ameaçado, quando o proprietário rural, dentro do seu espírito de dar trabalho às famílias que hoje estão marginalizadas, estão à margem do serviço daquela atividade da qual ela se encontra realmente qualificada. Portanto os homens que hoje estão inchando os perímetros urbanos, são homens que vieram do meio rural, cuja qualificação única e exclusiva é trabalhar a terra, trabalhar na agropecuária.

Então, eu dizia quando eu abordava recentemente o problema da terra, do Estatuto da Terra, eu dizia que era necessária a criação de um programa que viesse, efetivamente, fixar o pequeno e o médio agricultor no campo, e da forma que está o Estatuto da Terra promove uma verdadeira inquietação, porque ele inquieta o trabalhador rural, hoje o bóia-fria que ontem era o proprietário, e inquieta também o proprietário rural, porque se ele adotar, digamos, e absorver essas famílias que sabem trabalhar no campo, muitas vezes estas famílias adquirem direitos em função da legislação hora vigente, e passa a ser uma ameaça ao direito de propriedade. Não sei se Vossa Excelência está interpretando o meu pensamento, o direito de propriedade do agricultor.

Então, esse prazo de alerta que Vossa Excelência dá hoje da tribuna, serve inclusive, e estou acompanhado com vivo interesse, serve para enriquecer o nosso conhecimento e, nós queremos realmente, nos aprofundar, portanto, nós somos

homens identificados com a problemática agrícola do nosso Estado, uma vez que em 22 anos residindo no Paraná, nós consagramos todo este tempo a serviço da agricultura e interpretamos em número, grau e gênero aquilo que Vossa Excelência interpreta hoje: a nossa inquietação diante deste quadro que requer uma solução a curtíssimo prazo. Acho que aqui no Paraná, pelo menos se esboça uma solução, ao passo que no País, especialmente o Governo da República deveria ser promovida o quanto antes uma reforma do Estatuto da Terra que permitisse, portanto, uma distribuição de terra e uma estrutura agrária compatível com os interesses não só do povo paranaense, mas de toda a Nação.

O SR. RUBENS BUENO — Eu agradeço o aparte de Vossa

Excelência e, fundamentalmente, nós temos que observar um ponto. Para que isso realmente ocorra Deputado Edgard Pimentel, é preciso que haja um Governo Federal que tenha coragem de assumir este compromisso. E este Governo só vai realmente acontecer a partir do momento em que a população eleger o seu Presidente da República.

Nós não temos a mínima condição de exigir que um Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral manipulado por uma meia dúzia, ou 686 pessoas possam realmente assumir um compromisso com a Nação e enfrentar as multinacionais.

Veja Vossa Excelência que 35 milhões de hectares de terras do Brasil estão nas mãos de multinacionais, isto sem entrar no campo dos agrotóxicos, no campo da indústria farmacêutica, automobilística, enfim, só ficando aqui, exatamente o problema fundiário, nós vamos observar que é preciso ter um governo de coragem, um governo realmente, com representação popular e para isso realmente, enfrentar as multinacionais que estão, evidentemente, tomando conta deste País, e hoje o Brasil é dependente de tudo, do comércio exterior, principalmente, das propriedades rurais.

Concedo o aparte ao Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti — Nobre Deputado, quero parabenizá-lo a respeito deste assunto tão momentoso, principalmente, num momento da vida nacional em que a questão da terra está a olhos vistos como uma das questões que deve ser resolvida de forma concreta e coerente.

Infelizmente através dessa aliança esdrúxula, dessa aliança democrática, de figuras da ditadura com figuras do PMDB, o tema reforma agrária não vem sendo discutido a nível de um programa mais concreto, a nível de um futuro governo ilegítimo pelo Colégio Eleitoral.

A questão da terra está a ser um dos graves problemas sociais e nós continuamos assistindo a mesma ideologia do expansionismo, inclusive, com pessoas do próprio PMDB aqui no Paraná, conforme o Vereador Jorge Bernardi levou 106 famílias para, praticamente, morrerem de fome na Amazônia numa política de esvaziamento, numa política de contorno do problema, numa política de não resolver o problema em si, e jogar para frente uma solução que precisa ser imediata.

Veja, Vossa Excelência o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária gasta de 15 a 25 milhões de cruzeiros para assentar uma família no Norte do Brasil e não tem a capacidade de resolver o problema dos sem-terra imediatamente, não tem condições políticas de resolver o problema dos ocupantes da Fazenda Imaribo porque não interessa a esta ideologia do regime, resolver o problema da terra, mas sim, beneficiar àqueles que especulam; mais um dado para Vossa Excelência observar a importância do caso: o imposto territorial rural, 100% desta arrecadação é destinado às Prefeituras, e nós temos no Paraná, inúmeras propriedades rurais com até 30.000 hectares, sem produzir um pé de banana, registradas no INCRA como empresas rurais, conseguido com este intuito até 95% de desconto no imposto territorial rural, com isto atingindo

às rendas do município.

Este tipo de formulação do INCRA, visando atender fundamentalmente aos interesses da especulação está a criar, neste País, uma convulsão social sem precedentes. O agricultor que hoje não consegue produzir em vista de uma tecnologia industrializada e aquele que sabe produzir a terra está nos grandes centros, sem condições, inclusive de trabalho, porque ele sabe, infelizmente, só trabalhar a terra.

Portanto, nobre Deputado Rubens Bueno, a questão da terra precisa, na minha ótica, ser abordada com mais seriedade, inclusive por aqueles que se propõem assumir a Presidência da República, através do espúrio Colégio Eleitoral, a questão da terra tem que ser discutida. Tem que ser levada até a sociedade. E tem que ser assumida, porque de pouco importa ao Sr. Tancredo Neves assumir indiretamente o Governo e não falar de Reforma Agrária para não desagradar o regime.

Será, quem sabe, apenas um Presidente melhorado dos que estavam aí, mas não virá, fundamentalmente, a resolver o problema na sua causa, na sua origem, na razão de ser dos grandes problemas que temos hoje no País.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte do Deputado

Paulo Furiatti, aliás, autoridade no assunto, pois o Deputado Paulo Furiatti é uma das grandes figuras, uma das grandes autoridades que temos com relação ao problema fundiário, não só no Paraná, como de resto em todo o País. E eu comunico ao Deputado Paulo Furiatti que possivelmente no mês de outubro, e hoje eu fiquei sabendo, que o PMDB do Paraná deverá fazer o I Encontro Nacional de Agricultura, exatamente para que coloquemos essas posições, para que se assumam um compromisso nacional, mesmo daqueles que se utilizam do Colégio Eleitoral e que Vossa Excelência tachou de espúrio, e nós sempre assim tachamos.

Concordamos plenamente com este assunto que deve ser discutido com mais profundidade.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Nos primeiros dez minutos o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Roberto Requião, por 10 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente Trajano Bastos, graças à firmeza de companheiros nossos do PMDB e porque não dizer, de companheiros nossos também do PDS, eliminamos da Assembléia Legislativa do Paraná, a escravidão branca. Escravidão trazida pela exploração de mão-de-obra para serviços de limpeza. Esta situação permitida por lei para serviços eventuais e empregada pelo Estado, inclusive como forma de burlar os direitos do trabalhador, foi banida da Assembléia Legislativa.

Sim, Sr. Presidente, um trabalhador que exerce serviço público permanente, de fato, não tem acesso às vantagens inerentes ao cargo. Pelo seu trabalho, as empresas de prestação de serviços cobram muito e o trabalhador recebe muito pouco.

Ainda outro dia em debate na Associação Comercial do

Paraná, um de nossos Deputados, da Casa, da Bancada do PDS, o Deputado Erondy Silvério, defendendo as empresas que exploram a mão-de-obra, acusava esta Assembléia de liberalidade irresponsável. Acusava a Mesa do PMDB, especificamente, de contratar uma funcionária do cafezinho por 800 mil cruzeiros.

Não sei, Sr. Presidente, se seriam muito 800 mil cruzeiros para uma funcionária do cafezinho em uma Assembléia onde alguns Deputados recebem seu salário integral e não frequentam a Casa, quanto mais as Sessões Plenárias.

Mas, os membros da Associação Comercial, ficaram indignados. A acusação não foi feita diretamente a mim, embora eu participasse do debate, foi para a Mesa, foi para o Poder Legislativo. Acho que a Associação Comercial merece uma explicação. O Deputado Erondy Silvério deve explicitar sua acusação. A Mesa deve tomar conhecimento e informar o Plenário da verdadeira situação e, finalmente, a Associação Comercial merece ser esclarecida, senão permanece a acusação pública de malversação de fundos e todos nos desmoralizamos com isso.

Mas, quanto às empresas de prestação de serviços, algumas acusações formuladas pelo advogado Luiz Salvador, publicadas por um jornal de hoje, merecem registro. Diz o advogado, denunciando o exagerado crescimento das empresas de locação de mão-de-obra para serviços de vigilância e limpeza, o seguinte: "Nos últimos anos, até cinco anos atrás, haviam somente 30 empresas de prestação de serviços no Paraná, e atualmente temos em torno de 150". O advogado considera que este setor foi um dos que mais cresceu neste período de crise, justificando-se tal processo pela exploração desumana e ilegal dos desempregados que recorrem a estas empresas, tendo que submeter-se a péssimas condições de trabalho em troca de baixos salários.

O grande problema dos vigilantes e serventes, diz o advogado Luiz Salvador, é especialmente com relação à locação, pois trabalham mais que o horário determinado por lei, expostos a riscos de saúde e de vida em muitos casos, para receber cerca de um salário mínimo.

A questão é que as empresas pagam cerca de um salário mínimo ao trabalhador e recebem do cliente ou do "tomador" dos serviços alugados, pelo menos três vezes mais.

O advogado Luiz Salvador analisa a Legislação que "não permite a locação de mão-de-obra ou prestação de serviços, conforme o termo usado pelas empresas. Mas como então eles conseguem se estabelecer? Porque o próprio Governo se utiliza de seus serviços, alugando trabalhadores que deveria contratar efetivamente. Assim, eles fazem vista grossa porque são beneficiados pela existência dessas empresas locadoras", responde Salvador. Mas existe uma "brecha" na legislação, que acaba por dar algum respaldo às empresas: a Lei 6019, que estabelece a locação de mão-de-obra para atividades excepcionais, num prazo máximo de 90 dias.

PERMANENTE

"As firmas se aproveitam disso, mesmo sabendo que o trabalho de vigilância ou limpeza em qualquer estabelecimento é algo perfeitamente previsível e permanente, portanto, não se enquadra no aspecto excepcional", salienta o advogado. A lei também não define exatamente a situação de emergência, levando as empresas a encontrar uma forma de burlar a legislação, acrescenta Salvador, "promovendo uma grande rotatividade de mão-de-obra para não caracterizar a prestação de permanente de serviços". Para os vigilantes, mais um grave

problema: a falta de segurança nos locais de trabalho. São obrigados a enfrentar marginais fortemente armados e bem aparelhados com um simples revólver, a cara e a coragem. Hoje a categoria luta por mais segurança, quer cabines à prova de tiros e proteção para o corpo, além de um melhor seguro de vida e maior prêmio para a família em caso de invalidez ou morte em serviço".

E mais uma vez eu cumprimento a Presidência e a Mesa desta Casa, por ter nos livrado deste tipo de exploração. Hoje, temos na Assembléia funcionários que recebem um mínimo de dois salários.

Finalmente, Sr. Presidente, e expondo a posição do advogado Luiz Salvador, espero que a bancada do PDS, através de sua Liderança, também se pronuncie a respeito desta guerra santa, desta grande batalha desencadeada pelo Deputado Erondy Silvério, na Associação Comercial, contra "a mulher do cafezinho".

Talvez, Sr. Presidente, estejamos diante de um fato histórico. Talvez este caso, Deputado Erondy Silvério, "mulher do cafezinho" venha se tornar antológico nos Anais da política paranaense. Se o PDS, através de sua Liderança, endossar esta tese, provavelmente teremos manchetes nos maiores jornais do Paraná, desta natureza, "malufistas contra "a mulher do cafezinho".

Concedo o aparte ao Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre Deputado Roberto Requião, eu dou razão a Vossa Excelência quanto a tese. Efetivamente, as empresas prestadoras de serviços aos órgãos estatais estão explorando trabalhadores brasileiros e estão enriquecendo os seus proprietários.

Dou-lhe exemplos, nobre Deputado: dois deles: vigilantes que trabalhavam e trabalham no Banco do interior, no interior, aos sábados ou aos domingos, os seus patrões, que não é o Banco do Estado do Paraná, obrigam a trabalharem como vigilantes em outras repartições ou em organizações particulares.

Na esfera federal, também na região dos Campos Gerais, empregados de prestadoras de serviços em repartições públicas do Governo Federal, trabalham de segunda a sexta-feira, e no sábado ou no domingo vão trabalhar obrigatoriamente pelo proprietário da empresa, como serventes em restaurantes de propriedade particular dele.

Eu sou contra a estatização, mas o que está ocorrendo é que o Estado, no seu todo, e eu falo isto a nível municipal, estadual e federal, está fugindo de suas responsabilidades; contratar diretamente os funcionários necessários para suas atividades não é estatização, é assumir suas responsabilidades.

Não vejo ato nenhum, de estatização, no momento em que a Assembléia Legislativa assumiu a responsabilidade pelos rapazes que trabalhavam nos elevadores, pelas senhoras que trabalham na limpeza, pelas senhoras que trabalham no cafezinho. Não é estatização.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Comunico ao orador que se encontra na tribuna, que os dez minutos cedidos pela sua Liderança estão esgotados.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, por mais um minuto? No Horário da Liderança?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, só para encerrar.

Espero que, no Horário da Liderança do PDS, tenhamos

resposta para esse enigma que fica no ar.

O "malufismo" é a favor ou contra a exploração do trabalho escravo no Estado do Paraná?

De qualquer forma, Deputado Edmar Luiz Costa, liberdade de empresa não se confunde com exploração indiscriminada de mão-de-obra. Tem que acabar, no Estado do Paraná, e há um projeto de minha autoria e dos Deputados Paulo Furiatti e Nestor Baptista, prestes a entrar na Ordem do Dia, e eu espero que, inclusive, o Deputado Erondy, revendo a sua absurda posição na Associação Comercial, vote para o fim desta situação de exploração indiscriminada do trabalho humano.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, por 10 minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): Há cerca de duas semanas o Diário Oficial da União publicou a minuta do anteprojeto de lei do Ministério dos Transportes que transfere a empresas privadas a operacionalização dos portos brasileiros, a exemplo do que ocorre atualmente, nas palavras do próprio técnico do Ministério dos Transportes, em Nova Iorque, Estados Unidos.

É verdade que o anteprojeto não inova a perspectiva do governo federal em relação à economia do País. Sua importância reside, entretanto, em que fica desvendado o verdadeiro conteúdo, a real estratégia da tese de federalização dos portos do Sul do Brasil, anunciada recentemente pelo Ministro Cloraldino Severo, e que teve ampla repercussão no Estado do Paraná.

Podemos hoje ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com clareza ainda maior, que os militares e os tecnocratas desenterraram outra vez, sob o signo da federalização, a velha e sórdida expressão do entreguismo deste regime, segundo a qual o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Justificam a privatização do nosso sistema portuário com a experiência do sistema novaiorquino. Mas não tratamos, como se poderia depreender, de mera falta de criatividade. Dizemos de um projeto permanente de governo, que não se esgota com a internacionalização do sistema financeiro, industrial, agropecuário. De um projeto que se pretende deite raízes em todas as nossas estruturas econômicas.

Propagandeavam a federalização do porto, rumo a um novo tempo de eficiência, modernização, agilidade, quando queriam dizer, em verdade, federalizar para privatizar. Ora vejam, Srs. Deputados, Sr. Presidente, como se pratica, nesta República, aberta e impunemente o ilusionismo, a manipulação, o favorecimento. Está, pois, desmascarado o governo em suas intenções privatizantes e ainda maior razão se dá à sociedade civil paranaense, à imprensa de nosso Estado, que repudiou com vigor a proposta da federalização do Porto de Paranaguá.

Mas se a principal mudança contida no anteprojeto é a privatização, há alcance ainda mais vasto nas quinze disposições da nova legislação proposta. A integração dos portos no sistema aquaviário nacional, a instituição dos contratos operacionais entre portos e armadores, a permissão aos portos de variarem as tarifas conforme a quantidade de carga apresentada pelos exportadores, numa espécie de economia de mercado; a possibilidade de regulamentação de operações portuárias especiais; a preferência ao sistema PORTOBRÁS, nas áreas dos

portos, dos terrenos da marinha, a garantia de cobertura securitária às mercadorias sob responsabilidade da administração do Porto, enquanto hoje as avarias de mercadorias são pagas pela administração portuária; estas são providências embutidas no anteprojeto do governo, que podemos ver têm grande alcance na política do setor.

Está em discussão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não apenas o mecanismo de embarque e desembarque de cargas, mas sim uma função vital no processamento e escoamento sistematizado de enorme gama de produtos, tanto primários como industrializados que vêm de uma imensa área geoeconômica. Coloca-se em jogo todo um complexo econômico e infra-estrutural, que envolve as estruturas de comercialização agropecuária, de localização de pólos industriais, além da organicidade que deve ser dada ao sistema viário e de transportes em todo o Estado, no contexto de uma região que abrange o Paraguai, o Mato Grosso do Sul, o Oeste de São Paulo e de Santa Catarina e que vai interligar-se com o sistema do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos propondo a esta Casa, formação de Comissão Especial, integrada por membros deste Poder e do Executivo do Estado, que, com presteza, se posicione diante deste projeto do Governo.

Temos aqui, cópia do anteprojeto de lei do Ministério dos Transportes, que prevê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a entrega ao sistema privado internacional, a exploração dos portos, neste nosso Brasil. E o Paraná, que tão bem está administrando o Porto de Paranaguá — como demonstram os dados — que, em 1982 teve prejuízo mas que, em 1983, já teve dois bilhões de lucro na sua operacionalização e que, só até junho de 1984, o Porto de Paranaguá tinha recolhido aos cofres do Estado cerca de 4 bilhões de cruzeiros e que, certamente, até o final do ano, haverá de arrecadar para os cofres do Estado, cerca de 8 bilhões, ou 10 bilhões de cruzeiros.

Vemos, neste projeto, a verdadeira intenção do Ministério dos Transportes, quando anunciou, há pouco tempo atrás, no Estado do Paraná, que tomaria do Estado do Paraná a concessão de exploração do Porto de Paranaguá. Está por trás de tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma questão paranaista, é o interesse do Paraná e do Brasil, que está em jogo nesse setor que é vital para o desenvolvimento deste nosso Paraná e deste nosso Brasil.

Sabemos que este Governo Federal e que o sistema militar não tem critério na administração das coisas que são nossas; estamos vendo que este Governo, que entregou para as multinacionais e para o grande capital estrangeiro todas as nossas riquezas, não só mais o nosso ouro, o nosso minério, mas sim até o próprio alimento da população brasileira, está querendo entregar, para o estrangeiro, para as multinacionais do setor, também a exploração do Porto de Paranaguá.

Isto está sintético, está bem claro no Artigo Primeiro deste projeto de lei enviado ao Congresso Nacional e que diz o seguinte, Sr. Presidente:

“Art. 1.º — Integram o Sistema Aquaviário Nacional, os Portos marítimos, fluviais e lacustres de uso público, cuja exploração comercial compete à União, direta, ou mediante concessão ou autorização desses serviços”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando nós, do PMDB e do PDS nos somamos nesta Casa para levantar a voz e com o apoio da imprensa, tivemos inclusive bons resultados, estávamos certos.

Atrás dessa proposta de simplesmente tirar a concessão do Estado do Paraná, estava embutida a proposta do Governo

Federal e do Ministério dos Transportes, de entregar a exploração desse Porto às multinacionais e estou propondo nesta oportunidade, que se constitua uma Comissão nesta Casa, através dos representantes das duas bancadas e que o Executivo Estadual, que tem amplo interesse nessa questão, também faça parte desta Comissão, para denunciarmos esse tipo de jogo sujo, de jogo espúrio que está atrás deste anteprojeto de lei que foi publicado no Diário Oficial da União há cerca de três semanas e que foi denunciado pela Gazeta Mercantil.

Portanto, Sr. Presidente, é hora de nós, do Paraná, nos unirmos e levantarmos nossa voz, que chega de exploração para com o Estado do Paraná e que chega de exploração para com esse nosso Brasil, para favorecer as multinacionais, os banqueiros internacionais, enfim, ao capital estrangeiro que está sugando o suor e o sangue do povo paranaense e dessa nossa Nação.

Muito obrigado”.

O SR. ORLANDO PESSUTI — O Deputado Ervin Bonkoski usará o restante do horário.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra, por dez minutos, o Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “O Governo do Estado está anunciando que até outubro estará pronta a Rodovia do Cerne que, com seus 154 km, se torna a segunda mais importante estrada em pavimentação no País e a primeira já construída por um Governo estadual.

A providência do Governo José Richa, através do Secretário Deni Schwartz, dos Transportes, só pode merecer elogios de todos os paranaenses. Com efeito, a Rodovia do Cerne tem sua história ligada aos paranaenses desde 1940, no Governo Manoel Ribas, quando foi projetada para ligar o Sul com o Norte do Paraná. Era a época pioneira da implantação da cafeicultura e a estrada abria aquela região de fronteira para o escoamento rumo ao Sul e principalmente, ao Porto de Paranaguá.

Com a inauguração da Rodovia do Café, em 1965, seu traçado mais econômico decretou aos poucos a desativação da Estrada do Cerne. A antiga ligação do Norte Pioneiro acabou se transformando apenas em estrada regional, com seu macadame desconsiderado em face da pavimentação asfáltica da Rodovia do Café.

Muitas administrações estaduais se dispuseram a recuperar e pavimentar a Rodovia do Cerne, mas foram contidas ante os custos do projeto. Agora, o Governo Richa enfrentou o desafio e aplicou só na recuperação e asfaltamento da estrada principal, a quantia de Cr\$ 35 bilhões. O trecho beneficiado se estende desde Piraí do Sul, acima de Ponta Grossa, até São Jerônimo da Serra, já próximo a Londrina.

Mas, além da Rodovia do Cerne, propriamente dita, o Governo do Paraná asfaltou as ligações com Sapoperna, Curiuva e Ventania, e desenvolveu a ligação com Arapoti, com mais de 43 km, a custo de Cr\$ 6 bilhões. Identicamente, restaurou o trecho Piraí do Sul - Jaguariaíva, com 44 km de extensão e aplicações de Cr\$ 10 bilhões.

Ao todo, observa-se que o Governo do Paraná investiu na Rodovia do Cerne e suas congadas, mais de Cr\$ 51 bilhões. Obra gigantesca que demonstra um vigor administrativo impar, principalmente em períodos de recessão como o atual.

Se o Governo Richa foi capaz de enfrentar o desafio de asfaltar a Rodovia do Cerne, propomos aqui outro desafio igualmente forte para o nosso Governador e seu Secretário dos Transportes: enfrentar o desafio de asfaltar a estrada da Ribeira,

a tristemente célebre BR-476.

Essa estrada liga Curitiba à divisa paulista, em Adrianópolis. Possui 112 km de extensão, trecho difícil como a Rodovia do Cerne, por cortar duas ou três formações serranas.

Como a Rodovia do Cerne também funciona como alternativa ao tráfego da BR-116, na ligação com São Paulo, sendo ainda de caráter mais estratégico, porque corre ao Sul do Paraná, sendo o único trecho sem alternativa para a BR-116 em toda a região.

Como a Rodovia do Cerne, a Estrada da Ribeira também lembra uma época pioneira: ela foi aberta após 1930, para melhorar a ligação de São Paulo e o Sul do País. Revestida com macadame, aguentou a demanda de tráfego intenso por três décadas. Até que no início dos anos 60, foi preterida em favor da recém-inaugurada BR-116, com sua pista asfaltada.

Concedo aparte ao Deputado Acir Mezzadri.

O Sr. Acir Mezzadri — Nobre Deputado Ervin Bonkoski, estou atentamente tomando conhecimento do vosso pronunciamento, e quero me somar com essa questão, que me parece de fundamental importância para a Região, ou seja, para o Vale da Ribeira. Entendemos que aquela região não apenas está abandonada como ficou no ano passado por ocasião das cheias, isolada do Paraná, isolada do Brasil pela questão rodoviária. Mas gostaria de me somar a esse pronunciamento, no sentido de alertar o Governo do Paraná, alertar o Governo José Richa, de que essa é uma região das mais ricas, não apenas do nosso Estado, mas do Brasil: na questão de ferro, prata, e hoje florita, que está nos trazendo a independência, que é um material totalmente importado, até então que se descobrissem as jazidas naquela região.

É preciso que, de uma vez por todas, se dê uma solução a essa região tão carente e esquecida ao longo desses últimos vinte anos. Portanto, para isso, é necessário que haja um esforço também da Bancada do PDS, gerenciando junto ao Governo Federal, já que essa rodovia é uma rodovia federal e que o Governador do Paraná, José Richa, não poderá, apenas com os recursos do Estado, resolver essa questão que me parece de fundamental importância.

Cumprimento neste momento ao Deputado Ervin Bonkoski, pela questão que traz hoje nesta Casa, que me parece de fundamental importância para a Região do Vale da Ribeira que compreende Municípios como Cerro Azul e Adrianópolis.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Muito obrigado, Deputado Acir Mezzadri.

Efetivamente seu aparte foi muito oportuno e, realmente, nós precisamos do apoio de todos os Parlamentares, o apoio de todo o povo paranaense, para essa redenção paranaense junto ao Estado de São Paulo, uma ligação ao Estado de São Paulo.

E hoje, a estrada da Ribeira continua federal no nome, porque praticamente abandonada por qualquer governo, Deputado Acir Mezzadri. Essa rodovia começou a renascer nos últimos anos, graças à vigorosa ação comunitária desenvolvida pela CO-RIBEIRA, Comissão Paranaense de Desenvolvimento do Vale da Ribeira, que vem procurando mostrar às autoridades e líderes políticos a importância desse verdadeiro Vale dos Esquecidos — vale em minérios, florestamento e agricultura de mercado interno.

Foi graças à CO-RIBEIRA que se organizou um mutirão em 1983, mutirão este que Vossa Excelência também faz parte, para reabrir a estrada da Ribeira após as enchentes. Graças ainda à gestão desta entidade, foi obtida a aproximação entre a Se-

cretaria dos Transportes e o DNER, onde pontifica o paranaense Hamilton Vilela Magalhães como um de seus Diretores, para permitir um convênio de exploração da obra.

Agora, esperamos que o Governo Richa anuncie, desde logo, a pavimentação do primeiro trecho da estrada da Ribeira, ligando Curitiba a Bocaiúva do Sul, numa extensão de 16 km.

Depois, que acelere o projeto técnico, e eu quero ressaltar que este projeto técnico, que já foi colocado em licitação, e é uma notícia alvissareira para todos nós. E as obras, em consequência desse projeto, também comecem imediatamente entre Bocaiúva e a divisa paulista, cobrindo de pavimento econômico aquele trecho final e recuperando o Vale da Ribeira para todos os paranaenses.

Eu tenho certeza que agora, com essa nossa tomada de posição, haveremos de chamar a atenção de todos os paranaenses para essa realização.

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) Consulto a Liderança do Partido Democrático Social se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Eu ouvi atentamente o nobre Deputado Ervin Bonkoski, quando ele elogiava o Governador José Richa pelas obras que ele vem realizando na Rodovia do Cerne. Eu também acho que o Governador José Richa teve um mérito. Que foi a continuidade daquelas obras, eis que elas foram iniciadas durante o período do Governador Hosken de Novaes, que determinou a abertura de concorrência pública e os serviços de terraplenagem.

Agora, o grande mérito do Sr. Governador do Estado é de ter dado continuidade aos trabalhos de pavimentação.

Fiz este registro para que não se cometa a injustiça contra o ex-Governador Hosken de Novaes, que foi quem teve realmente sensibilidade para atender aos apelos daquela região.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Eu admito que o Deputado Requião de Mello e Silva seja irônico, debochado, mal-educado, tudo isso eu admito, porque afinal cada pessoa é cada pessoa. Cada um traz o seu defeito, traz a educação de berço. Não podemos impedir que um Deputado chegue aqui e rompa com toda a ética do protocolo parlamentar, como tem feito o nobre Deputado Requião.

Não podemos impedir isso. Cada um traz dentro de si aquilo que aprendeu em casa. Agora, o que não podemos aceitar de um homem público, é a mentira. E o Deputado Requião de Mello e Silva é um mentiroso, porque mentiu com relação às afirmações que fez hoje na tribuna desta Casa.

Eu vou relatar rapidamente para que principalmente a Mesa desta Casa tome conhecimento do teor daquela reunião que houve na Associação Comercial do Paraná.

Naquela oportunidade, os empresários faziam um apelo ao nobre Deputado contra a pretendida estatização dos serviços de limpeza e conservação. O Deputado Requião repetiu a mesma ladainha, dita hoje aqui nesta Casa, aos empresários.

E naquela oportunidade mentiu ao Plenário da Associação Comercial, dizendo que as Comissões Executivas anteriores protegiam a escravidão dos funcionários, protegendo de forma ilegal, os empresários do setor de limpeza e

conservação de edifícios, e que a atual Mesa da Assembleia Legislativa do Estado, com o mesmo dinheiro, está remunerando melhor os funcionários da limpeza (estava remunerando muito melhor).

Eu, na oportunidade, então solicitei a palavra e disse que as coisas não eram bem como haviam sido relatadas pelo Deputado Requião e que me cabia fazer a defesa das Comissões Executivas anteriores porque elas pertenciam ao meu Partido - o PDS, e que elas contrataram serviços de terceiros para manutenção deste edifício, não se intrometendo, não interferindo nos negócios internos da empresa porque não cabia responsabilidade à Mesa do Poder Legislativo o quanto recebia ou deixava de receber os funcionários daquelas companhias, eis que se tratavam de empresas privadas que não devem satisfações de seus atos ao Poder Público, e que havia faltado com a verdade ou cometido um engano, um equívoco o Deputado Roberto Requião quando afirmou que, com o mesmo dinheiro, a atual Mesa estava pagando melhor os funcionários - e todos os Srs. Deputados sabem que não é verdade, que o Deputado Roberto Requião mentiu lá e mentiu aqui, porque se gastava anteriormente 0,8 por cento do Orçamento do Estado com as despesas do Poder Legislativo, e hoje, essas despesas chegam a quase 4 por cento do Orçamento.

E essa história de "mulher de cafezinho" tudo foi generalidades, que se falaram, porque existem serventes aqui no Poder Legislativo que percebem até oitocentos mil cruzeiros por mês, motoristas que percebem um milhão e meio de cruzeiros por mês e, portanto, as afirmações do Deputado Requião eram imprecisas e falsas.

Agora lanço repto ao Deputado Requião, à Mesa da Assembleia Legislativa e a mim, que comprove o que afirmei lá dentro. Basta que a Mesa, Deputado Requião, responda ao requerimento formulado há muitos meses pelo nosso companheiro de Bancada, Deputado Basílio Zanusso, que até hoje a Mesa não teve a dignidade de responder.

Então, vamos por o dedo na "ferida" e provar quantas irregularidades estão se cometendo aqui nesta Casa, com relação ao funcionalismo público. Vamos mostrar o "trem da alegria" que se instalou nesta Casa, onde existem funcionários que percebem até quatro milhões de cruzeiros por mês. Isto esqueceu de dizer o Deputado Requião lá no Plenário da Associação Comercial do Paraná, porque ele não se interessa pela verdade, o que ele interessa e espezinhar os adversários, e tripudiar, ironizar, como se ele fosse o único iluminado do Poder Legislativo deste Estado.

Vamos responder ao nobre Deputado Roberto Requião com relação ao seu projeto de lei que fere a Constituição Federal, que fere o direito da livre iniciativa. Não estamos a favor da escravidão de funcionários de categoria nenhuma, não estamos achando que é muito o funcionário ganhar oitocentos mil cruzeiros, o que não podíamos aceitar era a mentira do Deputado Requião a homens respeitáveis, responsáveis pelas classes conservadoras do Estado, porque ele omitiu esses detalhes, ele não contou a verdade.

Eu respondi com mais tempo, não no Horário da Liderança onde o tempo é limitado, mas responderei ao nobre Deputado Roberto Requião na semana que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa ainda consulta o Líder do PDS, se ocupará o restante do tempo. Com a palavra, o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fui chamado a interferir neste debate pelo Deputado Roberto Requião. O Deputado Roberto Requião, neófito na atividade parlamentar, aqui chegou sob o foco da propaganda muito bem montada, produto do "marketing" político. Sua Excelência veio para esta Casa dentro de uma proposta que o PMDB apresentara ao eleitorado paranaense.

Deputado culto, ilustre, dele se esperavam projetos e atitudes que correspondessem à pregação de mudanças no Paraná, e hoje vemos a sua capacidade de mudança e hoje temos o testemunho da mudança peemedebista no Paraná.

Sua Excelência, homem de mudança, homem da proposta de novos tempos da vida política do Paraná, vem para esse Plenário fazer "fustiguinhas" ao Deputado Erondy Silvério; a sua capacidade de mudança está de acordo com a proposta que faz para que esta Casa discuta o valor da servente do cafezinho.

Eis a prova da mudança peemedebista no Paraná, pela voz de um de seus porta-vozes mais cultos, mais elegantes, mais inteligentes, mais brilhantes.

Pobre Paraná, que ouve aqui no Plenário desta Casa a mudança da mulher do cafezinho, esquecido Sua Excelência de que o seu chefe político, Governador José Richa, emprega pelo sistema que combate, 25 mil pessoas no Paraná.

Pois bem, se existe ou se existiu escravidão neste Plenário, nesta Casa, o Governador José Richa é o responsável maior pelo regime de escravidão de mais de 25 mil pessoas no Paraná, a não ser que Sua Excelência concorde com o ditado "Faça o que eu digo mas não faça o que eu faço".

O Sr. Paulo Furiatti - Concede-me um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, me parece que a questão não está baseada apenas na questão da mudança da mulher do cafezinho, mas na mudança do processo de exploração da mulher do cafezinho, e quero acreditar que Vossa Excelência não está pejorativamente falando da questão da mulher do cafezinho.

A questão fundamental deste projeto é restabelecer, retirar um processo de escravidão de empresas que vendem mão-de-obra e que a Assembleia Legislativa deu um exemplo concreto, tão concreto que nós conseguimos estabelecer melhoria de qualidade de vida dos funcionários, assim tentar alterar este quadro a nível de administração do Estado, onde o Estado contrata empresas que sublocam mão-de-obra e na verdade, não se alterará em nada esse quadro funcional, porque as pessoas continuarão apenas nos mesmos lugares trabalhando, porém, vinculadas diretamente ao Estado, em que não estarão sujeitas às regras da administração e aos altos custos que essas empresas hoje exploram.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço a Vossa Excelência e Vossa Excelência procura,

ao me honrar com o seu aparte, dar um puxão de orelha no seu companheiro de bancada. Porque foi Sua Excelência, o Deputado Roberto Requião, que transformou a “mulher do cafezinho”, no grande tema do seu discurso mudancista nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Vossa Excelência enfoca um outro aspecto, o aspecto administrativo e o aspecto constitucional, com relação a empregados, de empresas que prestam serviços ao Estado do Paraná.

Aí nós poderíamos estabelecer uma discussão. Uma discussão, se é necessário nós transformamos o Estado no verdadeiro “leviatã” moderno, tão combatido por homens de esquerda e da direita. Se é necessário o Estado intervir em determinadas fontes de produção ou não, se é necessário o Estado ter a sua presença em determinados aspectos da economia nacional; e eu defendo pessoalmente, por formação pessoal, que o Estado intervenha sempre na economia, nos aspectos vitais da economia, nos aspectos da produção da economia. Não posso crer, entretanto, que o Estado seja melhor gerente em todos os ramos da atividade econômica. Nós temos exemplo e está aí o Governo Federal. Eu não falo no Governo do Estado, para que Vossa Excelência não entenda, que é um problema de caráter partidário; tem provas na atual administração estadual, que o Estado é mau gestor do dinheiro público; que o Estado é mau gerente; que o Estado traz, atrás da sua atividade econômica, todos os vícios do clientelismo, do parentelismo, da falta de co-gerência dos recursos públicos, que em última análise, vão doer no bolso do povo; do povo que paga imposto, neste País e neste Estado, de forma injusta; pois que, o eminente Deputado Roberto Requião, paga o seu ICM, da mesma forma que paga a “mulher do cafezinho”. Conseqüentemente, a “mulher do cafezinho” vai sofrer mais, com os recursos mau aplicados pelo Estado. Por isto, eminente Deputado, quando Vossa Excelência recoloca a discussão em termos que seria de se esperar, pela capacidade, pelo brilhantismo do Deputado Roberto Requião, eu aceito discutir com Vossa Excelência. E creio que algumas atividades devem ser realmente estatais; mas outras atividades nós não devemos admitir o grande discurso da mudança, calcado na pequenez do exemplo do Deputado Requião.

Por outro lado, creio que este assunto deva ser amplamente debatido nesta Casa, e junto ao Poder Executivo, para que nós possamos ter realmente uma política de valorização do pessoal do Estado do Paraná. Pois que, quaisquer Governo, que tenha o sentido social na sua atividade, deve realmente privilegiar o homem como centro e fundamento da atividade governamental. Esta deve ser a preocupação de todos os Parlamentares, que estão interessados realmente em melhorar a vida da “mulher do cafezinho”. E espero que o Governador José Richa, que já é intitulado o maior invidador em dólares, do Estado do Paraná, negando os compromissos de campanha e espero que o Governador José Richa, que é o maior dono do “Comércio de Escravos Brancos” do Estado do Paraná, para usar a expressão do Deputado Roberto Requião, possa começar a mudar, exatamente, dentro da sua Casa, o Palácio Iguaçu.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – A Mesa consulta a Liderança do PDS se fará uso do restante do horário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando preferência na votação para o Projeto de Lei nº 26/84, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

O SR. ORLANDO PESSUTI – (Pela Ordem) Eu solicito que Vossa Excelência dê ciência ao Plenário do teor do projeto de lei que trata de regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – Projeto de Lei nº 26/84, item 16 da Ordem do Dia e que trata: (Lê o projeto).

O SR. NILSO SGUAREZI – Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

40 Srs. Deputados responderam a chamada. Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, que requer preferência na votação para o Projeto de Lei nº 26/84. Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) – A Mesa solicita aos Srs. Deputados que retomem os seus assentos para que possamos proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

16 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. REJEITADO.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei nº 174/84, (Mensagem nº 148/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo contrair operação de crédito externo com o BID, até o valor de US\$ 130.000.000,00 (Cento e trinta milhões de dólares dos EUA), visa ainda, autorizar concessão de fiança, garantia e contragarantia até o limite de US\$ 130.000.000,00 (Cento e trinta milhões de dólares dos EUA), conforme especifica.

Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – (Pela Ordem) Sr.

Presidente, para declarar que a Bancada do PDS votou favoravelmente ao pedido de empréstimo internacional, com vistas à realização de um programa rodoviário que é continuidade dos Governos anteriores, e inclusive porque no projeto de lei está restrita as taxas de juros e encargos de acordo com o BIRD, e, conseqüentemente, neste projeto de 130 milhões de dólares, não serão pagas as ilegais e indevidas comissões locais.

Aprovado o projeto.

O SR. NILSO SGUAREZI – (Pela Ordem) Apenas

para registrar, Sr. Presidente, que, hoje, a Bancada do PDS votou favoravelmente, não se retirou do plenário, apenas pela evidência de que o PMDB tem número suficiente para aprovar, porque ontem não foi este o comportamento do PDS, que se retirou do plenário.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 40/84, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 25.04.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta com vistas a execução do “PROSAFRAS”, no exercício de 1983. (Mensagem nº 28/84).

Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – (Pela Ordem)

Para declarar igualmente, Sr. Presidente, que a Bancada do PDS vota favoravelmente ao Projeto em Redação Final, esclarecendo que esta Casa sabe que o eminente Líder do Governo sabe fazer contas, sabe contar.

Entretanto, Sua Excelência sabe, também, que o Regimento Interno desta Casa, e o processo de votação, são referentes a 3 votações e uma Redação Final e a Bancada do PDS votou neste projeto de empréstimo de 130 milhões de dólares, igualmente favorável, em todas outras votações, quando a Bancada do PMDB não tinha número suficiente. Comportamento, aliás, que não foi adotado pelo PMDB, quando era Minoria nesta Casa, e votará contra os empréstimos internacionais, visando a realização do programa rodoviário estadual.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa esclarece aos Srs.

Deputados, que é matéria vencida e, portanto, não caberá mais comentários a respeito das mesmas.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 41/84, (Mensagem nº 30/84), que aprova Termo de Cooperação e Compromisso nº 30/83, celebrado em 08 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Ensino dos Transportes, e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando a ampliação das obras do terminal rodoviário de passageiros do referido Município.

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 42/84, (Mensagem nº 35/84), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 09 de

dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 58/84, (Mensagem nº 74/84), que aprova Termos de Ajustes celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e Bem - Estar Social, e os Municípios adiante mencionados, objetivando construção de Centros Sociais Rurais em Distritos dos Municípios signatários.

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução nº 96/84, (Mensagem nº 65/84), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e os Municípios que especifica, objetivando amparo e desenvolvimento às atividades de setores agropecuários do Estado.

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei nº 199/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 126/83), que considera como Área Especial de Interesse Turístico conforme disposto na Lei Federal nº 6.513, de 20.12.77, área de terras descrita no Decreto Estadual nº 4.484/81. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T.I.C., por unanimidade.

EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emenda Geral Substitutiva, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury e outros, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

Emenda:

EMENDA GERAL SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 199/83

Art. 1º – Considera-se Área Especial de Interesse Turístico para os fins do disposto na Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, artigo 1º, incisos I, III, V e VI, a área de 66.732.9900 (sessenta e seis mil, setecentos e trinta e dois hectares e noventa e nove ares), situada nos municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras, com os seguintes limites e confrontações:

Inicia na estação PP-0, cravada na margem direita da BR - 116, no sentido Curitiba - São Paulo, na confrontação com terras do município de Campina Grande do Sul; deste ponto, seque margeando a BR - 116 neste mesmo sentido, numa distância de 630,67 m, até encontrar um rio, junto à estação nº 4; seguindo por este à montante, numa distância de 83,96 m, até encontrar uma estrada secundária, na estação nº 5, onde passa a seguir margeando esta estrada numa distância de 6.770,39m, até encontrar novamente a BR - 116, junto à estação nº 86; deste ponto, segue pela BR - 116, no sentido Curitiba - São Paulo, numa distância de 9.041,65 m, confrontando com o município de Campina Grande do Sul, até a estação nº 165; deste ponto, por linhas secas com rumos e distâncias de: 99º 57' 44" – 42,20m, 89º 52' 23" – 450,96m, 20º 27' 56" – 1.396,44m,

4.º01'47" - 1.486,01m, 45.º19'50" - 1.055,45m, 47.º09'50" - 565,03m, até a estação 171, na margem da BR-116. Daí, pela BR-116, no sentido Curitiba - São Paulo, confrontando com os Municípios de Campina Grande do Sul e Antonina, numa distância de 10.562,73m, até a estação 253, cravada na margem direita do Rio São Sebastião, onde passa a seguir por este rio, à jusante, confrontando com o Município de Antonina, numa distância de 10.966,65m, até a estação 355, cravada na Barra do do Rio São Sebastião com o Rio Cachoeira, seguindo por este à jusante, confrontando com o Município de Antonina, numa distância de 5.932,69m, até a estação 436; deste ponto, segue por uma linha seca, com rumo de 176.º04'59" e distância de 1.570,36m, confrontando com o Município de Antonina, até a estação 437, cravada na margem esquerda do Rio Saci, seguindo por este rio, à jusante, numa distância de 393,95m, confrontando com o Município de Antonina, até a barra deste com o Rio Cachoeira, à jusante, numa distância de 2.485,30m, confrontando com o Município de Antonina, até a estação 464, cravada na barra deste rio com um outro sem denominação, onde passa a seguir por este, à montante, numa distância de 146,74m, confrontando com o Município de Antonina, até a estação 466, cravada na margem de uma estrada secundária; deste ponto, segue por esta estrada, numa distância de 5.656,81 m, confrontando com o Município de Antonina, até a estação 513, cravada na margem direita do Rio Mergulhão, onde passa a seguir por este rio, à montante, confrontando com o Município de Antonina, numa distância de 1.207,95m, até a estação 540; deste ponto, segue por linhas secas com rumos e distâncias de 205.º12'17" - 917,34m, 230.º28'29" - 1.042,08m, 212.º32'00" - 19,10m, 220.º45'52" - 4.824,93m, 219.º43'48" - 6.866,25m, confrontando com o Município de Antonina, até a estação 545, cravada na margem direita do Rio Mailha; deste ponto segue pelo Rio Mailha à jusante, numa distância de 1.020,98m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 567, cravada na barra deste rio com o Rio Ipiranga, onde passa a seguir por este rio, à jusante, numa distância de 6.587,53m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 660; deste ponto, segue por linhas secas, com rumos e distâncias de: 342.º31'23" - 1.358,51m, 321.º18'42" - 346,03 m, 278.º30'59" - 333,58m, 201.º59'58" - 1.520,84m, 140.º17'58" - 422,53m, 69.º26'12" - 579,34m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 666, cravada na margem direita do Rio São João, onde passa a seguir por este rio, à jusante, numa distância de 5.857,86m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 790, cravada na barra deste rio com o Rio Nhundiaquara, onde passa a seguir por este rio, à montante, numa distância de 742,20m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 799; deste ponto, segue com linhas secas com rumos e distâncias de 179.º34'00" 202,31 m, 189.º52'06" - 1.203,71m, 191.º54'43" - 279,93m, 116.º11'18" - 327,88m, 199.º23'19" - 87,78m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 804, cravada na margem do Rio Baía, onde passa a seguir por este rio, à montante, numa distância de 1.615,17m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 816, cravada numa ponte da estrada de ferro sobre este rio; deste ponto, segue pela estrada de ferro, numa distância de 3.913,73m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 849, deste ponto, segue por linha seca com rumo de 161.º46'05" e distância de 318,70m, até a estação 850, cravada na margem direita do Rio Ipiranga, onde passa a seguir por este rio, à jusante, numa distância de 1.285,65m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 861; deste

ponto, por linhas secas sucessivas, numa distância de 3.836,69m, confronta com o Município de Morretes, até a estação 885, cravada na margem esquerda do Rio Bromado, onde passa a seguir por este rio, à jusante, numa distância de 440,37m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 889, cravada na margem direita deste rio, junto a uma estrada. Daí, segue por esta estrada, numa distância de 2.286,67m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 921; deste ponto, por linhas secas com rumos e distâncias de 303.º15'27" - 123,45m, 241.º18'56" - 1.137,72m, 191.º34'48" - 178,54m, 95.º00'14" - 59,05m, 175.º02'31" - 242,06m, 101.º38'01" - 114,55m, 156.º24'30" - 104,32m, 124.º52'35" - 139,99m, 158.º48'04" - 168,61m, 71.º46'05" - 454,13m, 88.º55'19" - 1.649,36m, 144.º18'02" - 1.280,48m, 203.º58'08" - 2.454,24m 219.º14'03" - 1.712,57m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 935, cravada na margem esquerda do Rio do Pinto onde passa a seguir por este rio, à jusante, numa distância de 621,02m, até a estação 943, cravada na barra deste rio com o Rio dos Padres; daí, pelo Rio dos Padres, à montante, numa distância de 2.768,62m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 973, cravada numa ponte da BR-277 (trecho Paranaguá - Curitiba) sobre este rio; deste ponto, segue pela BR-277, no sentido Paranaguá - Curitiba, numa distância de 1.158,70m, confrontando com o Município de Morretes, até a estação 979, cravada no entroncamento desta BR, com um trecho antigo da mesma, seguindo pelo antigo trecho da BR-277 numa distância de 1.030,96m, confrontando com o Município de Morretes, até encontrar novamente a BR-277, na estação 992; deste ponto, atravessa a BR-277, e segue pela mesma, numa distância de 9.759,48m, confrontando com os Municípios de Morretes e São José dos Pinhais, até a estação 1.043, cravada no entroncamento da BR-277, com uma estrada secundária. Daí, segue por esta estrada, numa distância de 4.721,71m, confrontando com o Município de São José dos Pinhais, até a estação 1.129; deste ponto, segue por linhas secas sucessivas numa distância de 1.505,77m, confrontando com o Município de São José dos Pinhais, até a estação 1.156, cravada na margem de uma estrada secundária; deste ponto, segue por esta estrada, numa distância de 2.903,62m, confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 1.214, cravada na margem de um rio sem denominação, seguindo por este, à jusante, numa distância de 3.526,67m, confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 1.306, cravada na barra deste rio com o Rio Piraquara; daí, pelo Rio Piraquara, à montante, numa distância de 277,57m, confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 1.312; deste ponto, segue por linhas secas com rumos e distâncias de 65.º16'12" - 24,86m, 47.º30'23" - 21,02m, 49.º58'52" - 30,95m, confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 1.315, cravada na margem do Rio Piraquara, onde passa a seguir pela margem esquerda da represa do Rio Caiguava, numa distância de 27.754,36m, confrontando com o Município de Piraquara, até a estação 2.130, cravada na margem da estrada de ferro; daí, segue pela estrada de ferro, numa distância de 7.410,22m, confrontando com os Municípios de Piraquara e Quatro Barras, até a estação 2.189; desta, por linha seca de rumo 359.º23'07" com 23,30m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.190, cravada na margem de um rio sem denominação, seguindo por este rio, à montante, numa distância de 314,66m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.193; deste ponto, segue por linha seca com rumo 56.º18'07" com distância de 1.447,32m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.194, cravada na margem de

um córrego, seguindo por este, numa distância de 488,39m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.200; deste ponto, segue por linhas secas sucessivas, numa distância de 7.011,77m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.237, cravada na margem de uma ponte sobre o Rio Taquari; deste ponto, segue por uma estrada, numa distância de 2.274,75m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.265; deste ponto, segue por linhas secas sucessivas, numa distância de 3.417,96m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.320 cravada na margem de uma estrada, seguindo por esta com o rumo de 268.º58'08" e distância de 38,90m, confrontando com o Município de Quatro Barras, até a estação 2.321, cravada numa ponte desta estrada sobre o Rio Taquari; daí, atravessa esta estrada e segue margeando o Rio Taquari, à jusante, numa distância de 6.485,58m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.416; deste ponto, segue por linha seca com rumo de 57.º23'06" e distância de 420,41m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.417, cravada na margem de uma estrada, seguindo por esta, numa distância de 546,48m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.421; deste ponto, segue por linhas secas com rumos e distância de 49.º32'06" - 298,16m, 21.º59'59" - 367,67m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul até a estação 2.423, cravada na margem esquerda de uma estrada, seguindo por esta, numa distância de 955,41m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2.430, cravada na margem do Rio Bonito, daí seguindo pelo Rio Bonito, à jusante, numa distância de 7.348,43m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação 2616, cravada na margem da BR-116, trecho Curitiba - São Paulo, seguindo pela mesma no sentido Curitiba - São Paulo, numa distância de 3.240,36m, confrontando com o Município de Campina Grande do Sul, até a estação O-PP - 2634, onde teve início a presente descrição, perfazendo um total de 219.186,33m.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas disciplinando o controle e as condições para a ocupação do solo, considerando os aspectos referentes aos bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pre-histórico, à proteção dos recursos naturais renováveis, às paisagens notáveis e às localidades e acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer.

Parágrafo único. As normas administrativas necessárias ao cumprimento desta lei, serão especificados através de decreto no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 3.º — O Poder Executivo fica autorizado a permutar áreas devolutas ou patrimoniais por imóveis particulares compreendidos dentro do perímetro mencionado no artigo 1.º, desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(aa) ANIBAL KHURY, CAÍTO QUINTANA,
TADEU FRANÇA, ROBERTO REQUIÃO,
RUBENS BUENO e ERONDY SILVÉRIO.

— Em votação o Substitutivo Geral. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 121/84), que autoriza o

Poder Executivo, permutar, com o Município de Ibiporã, as datas de terreno n.ºs 13 e 14, da Quadra 55, pelas datas n.ºs 3 e 4, da Quadra 33-A, conforme especifica. (Destinadas à construção da nova Delegacia de Polícia). Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/84, (Mensagem n.º 66/84, ex-Proposição n.º 69/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado em 16/01/84 e o Município de ARAUCÁRIA, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a realização da 8.ª Festa do Pêssego e do Ovo e da IV FAIAL, com vistas a ensinar a melhoria da produção e da produtividade agrícola da região. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 70/74), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo n.º 05/83, de 25/10/83 ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 43/83, celebrado em 07/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de PIEN objetivando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 71/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo n.º 08/83, de 25/10/83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 100/83, celebrado em 09/05/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de MARIALVA, objetivando execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 73/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 75/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que autoriza o Poder Executivo, mediante Convênio, repassar aos municípios o Produto da Arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens imóveis, de que trata a Lei Estadual n.º 5464, de 31 de dezembro de 1966. Com Parecer Favorável e Substitutivo da C.C.J., por una-

nimidade e com Parecer Favorável da C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 57/83

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante convênio, repassar aos municípios o produto da arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de que trata a Lei Estadual n.º 5464, de 31 de dezembro de 1966.

Art. 2.º — Os convênios originados desta lei, serão apreciados na forma do disposto no artigo 22, alínea e, inciso VII, da Constituição do Estado.

Art. 3.º — As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria a ser consignada, anualmente, na Lei de Meios.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

Em votação o Substitutivo da C.C.J.. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO e OUTROS, que veda a qualquer Título, Distribuição de Dividendos a Funcionários e Diretores de Empresas de Economia Mista, nas quais o Estado seja Acionista Majoritário, e dá outras providências. Com Pareceres Contrário da C.C.J., por unanimidade, e Favorável com Substitutivo Geral da C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido Projeto, Emenda Substitutiva Geral, de autoria da Comissão de Finanças, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI N.º 124/83

Art. 1.º — As empresas de economia mista, nas quais o Estado do Paraná seja acionista majoritário, deverão obrigatoriamente movimentar seus recursos financeiros, através do Banco do Estado do Paraná S/A., que intermediará, quando for o caso, as operações com bancos de outros Estados.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator

Em votação o Substitutivo Geral.

Este projeto, a Mesa informa ao Plenário, que tem parecer contrário da C.C.J. Irá colocar em votação de forma inversa. Está **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que autoriza o Poder Executivo transformar em Fundação Estadual, a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel — FECIVEL, com sede e foro na cidade de Cascavel, e dá outras

providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Rejeitado.**

O SR. EDGARD PIMENTEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Solicito aos Srs. Deputados que retomem seus assentos, para que possamos proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

14 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam. Está rejeitado.

O SR. EDGARD PIMENTEL — (Pela Ordem) Gostaria de solicitar à Mesa que registrasse o voto favorável de toda a Bancada do PDS aqui presente e dos membros do PMDB que votaram favoravelmente à matéria que propusemos e que foi votada na tarde de hoje.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Para que se registre nos Anais desta Casa, que a Bancada do PDS votou favoravelmente ao projeto de autoria do eminente Deputado Edgard Pimentel e que a maioria governista, peemedebista nesta Casa, derrotou o projeto.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que fixa em 50 (cinquenta) anos completos o limite de idade para inscrição em Concurso Público, conforme específica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que prorroga por 30 (trinta) dias o prazo estipulado pelo Art. 1.º da Lei n.º 7268 de 26/12/79, conforme específica. (Opção no regime de trabalho dos Engenheiros e Arquitetos). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO e OUTROS, que dá nova redação ao Art. 73, do Regimento Interno, e dá outras providências (Da Tribuna Livre). Com Parecer Contrário da C.C.J., por maioria.

A Mesa irá colocar a votação de forma inversa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Com o projeto de resolução alterando o Regimento Interno desta Casa, o Sr. Deputado Roberto Requião propôs o ano passado, a criação daquilo que chamou de tribuna livre, isto é, a implantação de espaço determinado e tempo fixo para que entidades venham se manifestar periodicamente ante esta Casa.

Entre as várias considerações que todos ouvimos na época, estão aí os Anais da Casa, afirmou o Deputado Requião de que a proposta "seria aprovada", a despeito de qualquer oposição da Bancada do PDS, visto que a Bancada do PMDB tem maioria nesta Casa.

Senhor Presidente, nobres Deputados. É interessante observar este Deputado travestido de liberal, como ao mesmo tempo em que procura uma fórmula de ampliar a representatividade do Poder, ele anuncia como fato irreversível uma ditadura de maioria, vejam a incongruência deste Senhor Deputado, que vem a todos querer dar lições de bom comportamento nesta Casa.

A questão portanto, Senhor Presidente, não está posta ao debate de todos para verificação de legalidade e conveniência, principalmente de legalidade, mas como uma decisão pronta, terminada, esperneie quem quiser, esse é um democrata.

Invocando o direito de manifestação da comunidade de viva voz, o Deputado Requião ao mesmo tempo renega a parcela de opinião pública encamada na representação parlamentar da nossa Bancada, a Bancada da minoria. Esta postura nega valor aos votos da parcela eleitoral que optou pelo apoio ao meu partido. E acho oportuno informar ao nobre Deputado que os nossos mandatos possuem igual representação, Deputado por Deputado, prevalecendo a ditadura de maioria anunciada pelo Deputado Requião, estamos todos perdendo o nosso tempo aqui em debate. Mais fácil seria deixar um representante de cada Bancada de plantão, o da maioria para impor e o da minoria para protestar, e iríamos os demais Deputados trabalhar porque de trabalho está muito necessitado este País.

Entretanto, Senhor Presidente e nobres Deputados, como não aceitamos esta divisão antidemocrática de Bancada, ou de Bancadas, em mocinhos e bandidos, como se toda a verdade e todo o direito e também todos os anjinhos estivessem ao lado do Deputado Requião, somos obrigados a emitir opinião, opinião em respeito aos milhares de eleitores que confiaram no nosso bom senso. Imaginem Senhor Presidente, e nobres Deputados, que eu parasse um cidadão do povo no meio da rua e dissesse: meu amigo, você hoje está convocado a falar na Assembléia Legislativa; você é um membro da comunidade, e nós Deputados precisamos ouvir o seu discurso. Imagino também que em resposta, este cidadão me diria, e uma delas poderia ser a seguinte: ora, Senhor Deputado, eu cumpri a minha obrigação. Ele diria: estou pagando os meus representantes para que exerçam em meu nome o poder político. Deixe que eu cuide agora das minhas obrigações, e o Senhor vá cuidar das suas. Muito inteligente este cidadão que eu abordei; porque Senhores Deputados, a proposição apresentada, e de antemão, arrogante, e ilegal, tanto que está aí o Parecer contrário, e eu já não me admiro, se muitos dos Deputados do PMDB que votaram contrariamente ao Parecer, tivessem mudado de opinião. Mas, está aí o Parecer contrário; e é uma proposição arrogante, porque ela presume que está sendo inventada a representatividade, e que até agora isto não existiu nesta Casa ou nos demais Parlamentos do País.

Opinião pública. Senhor Presidente, nobres Deputados, deve saber entretanto, que qualquer momento, por simples Requerimento de um Deputado, qualquer pessoa, qualquer

entidade pode apresentar-se diante de uma Comissão da Assembléia Legislativa, ou mesmo aqui em plenário para dizer o que julgue oportuno. Agora, criar um espaço determinado e fixo, seria uma confissão de que nós, como representantes da comunidade, não estamos cumprindo o nosso papel de intérpretes de sua vontade política. Não estamos ouvindo, como deveríamos, a opinião pública e, estaríamos por consequência, fraudando esta comunidade, e recebendo indevidamente o dinheiro que nos pagam para sermos os seus porta-vozes. Agora, se a maioria, entretanto, determinou que assim será, e admitindo que a democracia não é causa, mas sim efeito, um produto expressão do caráter dos legisladores, vamos então ampliar dessa visão da Bancada da Maioria. A instituição da tribuna livre deveria ser acompanhada de outro instituto, que podemos batizar, para efeito de repercussão pública, de a "fala do povo". Se este Poder aprovar a proposta do Senhor Deputado Roberto Requião, apresentarei Projeto de Lei nesse sentido, instituindo a "fala do povo". Eu acho que esta Casa deveria então aprovar também, uma Lei, determinando que num dia específico, e com certas regras, evidentemente, o povo deverá ir ao Palácio Iguaçu, sem qualquer tipo de audiência marcada, é a mesmíssima coisa.

Eu acho que a Bancada da Maioria tem que ter também esta visão do problema. Se vai aprovar a tribuna livre para esta Casa, deverá olhar com carinho o projeto que apresentarei, instituindo a "fala do povo". Mas, de qualquer entidade, qualquer um da comunidade chegará ao Palácio Iguaçu com dia determinado, com regras fixas, e deverá ser recebido pelo Senhor Governador, sem prévia audiência: Com isto estaremos aprimorando, certamente, autenticidade do poder do governo.

Vejam, agora o Governador com legitimidade. Ele está ouvindo o povo se esta Casa aprovar efetivamente esta proposta. Da mesma forma que presumo que nossos governantes do Executivo pautem suas condutas pela consulta constante e continuada da opinião pública, tenho certeza de ser assim também que tenho orientado a minha atuação parlamentar. Agora, marcar dia e hora para ouvir a opinião pública como quer o Deputado Requião, é como no matrimônio, marcar dia e hora para fazer amor. É a mesmíssima coisa. Digam se não é a mesma coisa. Nós vamos marcar dia e hora para ouvir a opinião pública. Então, marido e mulher tem que marcar dia e hora para fazer amor no matrimônio. É mesma proposição. Além de ser óbvio, pode até perder a graça.

Eis porque, apesar de saber estar "remando contra a maré" e as minhas palavras serem inúteis, porque daqui a pouco a Proposição estará aprovada, porque está anunciada a aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica que o seu horário regimental está esgotado, no encaminhamento de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço e quero apenas dizer que votarei contra essa aberração que a Comissão de Justiça houve por bem exarar parecer contrário. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Roberto Requião.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente. Eu me inscrevo logo após o Deputado Requião, porquanto já havia feito pedido anterior ao Deputado Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhor Presidente, inicialmente quero fazer um comunicado a esta Assembléia, que um projeto, do mesmo teor, da tribuna livre, foi apresentado no Congresso Nacional pelo Deputado de São Paulo, Felipe Scheid e segundo notícias que me foram dadas pelo jornalista T. Taborda foi aprovado em primeira votação no Congresso Nacional.

Senhor Presidente, eu quero me reportar às razões iniciais que me fizeram apresentar esse projeto.

Não é um projeto exatamente meu: é uma iniciativa do Líder do meu Partido, Deputado Nilso Sguarezi que, no primeiro dia dessa Legislatura, me incumbiu de formalizá-lo em forma de projeto de resolução para alteração do Regimento Interno da Assembléia.

Na oportunidade em que apresentei esse projeto, dirigi aos Senhores Deputados um arrazoado mais ou menos nas seguintes condições: (Lê):

“É hoje evidente a crise porque passa o sistema representativo no Brasil. O regime autoritário destituiu o Parlamento de suas prerrogativas, esvaziando-o de uma maneira quase absoluta. O Poder real, o poder econômico, o poder de propor orçamento e gastos sociais, está subordinado ao Estado. E o Estado cria espaços “legítimos” que canalizam “protestos políticos”, de parcelas da população. A sociedade funciona como uma Câmara de eco, de costas voltadas para o regime, enquanto esta procura observar alguns protestos que lhe garantem perpetuidade e não questionam a sua natureza.

A chave para isso, tem sido um Parlamento sem povo, partidos sem força, sindicatos que não fazem política, e Igreja para rezar.

O Estado centralizado e totalitário, este sim, tudo pode.

No processo brasileiro a sociedade civil se politiza, na frente mesmo dos partidos e do Parlamento. Isto enfraquece ainda mais o Parlamento, enquanto o Estado negocia diretamente com a sociedade a abertura, lenta e gradual, que pouco abre.

É a forma clássica de todo estado autoritário: a busca do consenso através da máxima centralização, aliada a algumas concessões para as pressões de tipo corporativo.

Esta situação o PMDB quer mudar. Este tipo de modelo não convém a um partido que propõe a democracia e a participação popular.

Na história recente da humanidade não temos notícia de um país livre sem Parlamento forte. A ausência do Parlamento pode ter coexistido com alguma justiça social, mas jamais com a liberdade.

Esta a proposta: valorizar a Assembléia Legislativa do Paraná, avançar na reconquista das prerrogativas.

Com criatividade e consequência, lançar mão de medidas que nos coloquem em contato imediato com as reivindicações populares, da sociedade organizada, que não mais serão

canalizadas para o Executivo, mas deverão desaguar no estuário lógico e necessário da Assembléia. Assembléia que os discutirá, desfazendo o seu invólucro corporativo, cotejando-as com as reivindicações de outros setores e formulando propostas políticas para a sociedade inteira.

A tribuna livre é o fim do “lobismo inconfessado”, é o estabelecimento da transparência pública na prática de pressões.

É o nosso Parlamento caminhando claro e corajosamente para a função de legislar e mediar a sociedade. Avanchando, desta vez com o povo organizado, para a conquista de suas prerrogativas.

É uma medida de coragem. Coragem para soluções novas e simples. Coragem para assumir o quadro político que a realidade nos impõe. Coragem para assumir que a sociedade se politiza e se organiza o que a nossa representação não é tão absoluta que não consinta a participação e a opinião da sociedade organizada.

Coragem para trocar a política simplória de mando, das bolsas de estudo, das distribuições de passagens para o interior, pelo debate das questões colocadas pela sociedade.

Coragem para impedir que nesta quadra de abertura do processo político brasileiro, o Parlamento seja atropelado pela negociação direta entre o Estado e a sociedade, cortando de forma abrupta o caminho para a democratização.

O Parlamento deve se abrir em uma medida heróica, assumindo, em conjunto com os partidos que representamos, a condução do processo político.

Estamos cumprindo a nossa palavra. Entendemos que a política não é a soma aritmética das pressões que o Estado possa observar na luta pela sobrevivência de um grupo no poder. A política é uma proposta para a sociedade inteira, mediada por partidos com amplos contatos com as bases sociais, costurada pela linha forte e segura do interesse das maiores.

A tribuna livre, não é uma proposta para o PMDB. É uma proposta para a democracia, para a participação popular e para a sobrevivência deste tão conflitado e desvalorizado sistema representativo brasileiro.

Vem de encontro, no atual contexto nacional, aos interesses mesmos do pluripartidarismo - compromisso de todos os democratas, oferecendo uma tribuna para os partidos prejudicados pelo resultado plebiscitário das eleições de 15 de novembro. Mesmo que eventual, uma tribuna de repercussão estadual.

Para este projeto, gostaríamos de contar com o consenso da Assembléia Legislativa. Consenso de Deputados capazes de olhar o futuro de frente, capazes de estabelecer um canal de participação direta com o povo, na casa dos representantes do povo. Viabilizamos que, sem comprometimento partidário, a sociedade coloque as suas questões para o conjunto dos Partidos. Beneficiados serão os Partidos que mais se ligarem às reivindicações da sociedade e das maiorias da população. Isto é a tribuna livre, uma forma democrática, transparente e participativa de se fazer política”.

Medo da tribuna livre só quem tem medo do povo, medo da tribuna livre tem quem se recusa a discutir as reivindicações populares, medo da tribuna livre tem quem trai os compromissos da representação. Porque a tribuna livre não violenta

o mandato representativo, mas estabelece um contato da Assembléia com a comunidade organizada. Dá possibilidades a partidos derrotados nas últimas eleições pelas condições especiais em que o processo político brasileiro vive, de se fazerem ouvir e não deliberar. Negar o voto à tribuna livre é negar o voto à participação e fechar os ouvidos às reivindicações populares.

A tribuna livre nada mais é do que uma espécie de Fórum de Debates que esta Mesa com tanta consequência e brilhantismo já estabeleceu nesta Casa, só que desta vez institucionalizado, desta vez com a possibilidade de que os temas sejam propostos pela sociedade, e não estabelecidos exclusivamente pela Mesa da Assembléia.

Deputados, que no início desta discussão tinham dúvida contra a tribuna livre, foram capazes de estudar o problema e propor aperfeiçoamentos. E eu quero trazer nesta oportunidade uma Emenda subscrita por mim, e de iniciativa do Deputado Anibal Khury, que irá ser levada ao Plenário na oportunidade da 2ª discussão.

Uma emenda que regulamenta e esclarece e definitivamente demonstra a extraordinária utilidade desta medida para a recuperação do Parlamento brasileiro. A emenda do Deputado Anibal Khury, tem o seguinte teor: "Fica criada a tribuna livre, que será realizada em sessão extraordinária, numa 6ª feira, com duração de 30 minutos, prorrogáveis por 15 minutos a critério da Mesa."

Portanto, a tribuna livre não atrapalhará o procedimento da Assembléia, mas será convocada extraordinariamente.

"Ocupará a tribuna livre criada por esse artigo, qualquer entidade e organização de classe a nível de Estado do Paraná. Não é qualquer organização. Organizações de peso, organizadas ao nível do Estado tem voz na Assembléia Legislativa do Estado. Vozes menores se manifestariam nas Câmaras de Vereadores, e inclusive partidos políticos legalmente constituídos sem representação parlamentar.

Onde está o compromisso com o pluripartidarismo? Onde está a vontade de abrir espaços para que as correntes consolidadas da opinião pública brasileira esmagadas no plebiscito eleitoral do último 15 de novembro possam se organizar, possam falar. Que espécie de mandato temos nós, que nos torna capazes de espezinhar a comunidade e impedir a organização dos partidos?

§ 2º - As entidades a que se refere o § anterior, para participarem da tribuna livre deverão estar autorizadas por respectivas assembleias gerais convocadas especialmente para esse fim, bem como para escolher o assunto que deverá ser trazido ao plenário da Assembléia. Para, efetivamente, em livro próprio suas participações deverão encaminhar à Mesa, Ata da Assembléia Geral que autorizou a participação, com a autorização e apresentação da Ata, e esta Ata será submetida ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Muito obrigado, Senhor Presidente e eu espero que esta Assembléia numa medida de coragem, numa medida de valorização dos Parlamentos venha a aprovar em primeira discussão. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra para encaminhar a votação, conforme inscrição ao Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A mim, particularmente não interessa se o Deputado João das Tantas, Deputado Federal, apresentou um projeto de lei na Câmara Federal e se vai ser aprovada ou não pela Câmara Federal.

Somos Deputados Estaduais e temos que responder pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Se formos nos espelhar por tantas besteiras que foram cometidas já na Câmara Federal, seria bom até não irmos a esta Casa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Respeito o autor da matéria, Deputado Roberto Requião. É culto, indiscutivelmente; é inteligentíssimo; é um grande Deputado e não faço coro àqueles que ainda na sessão de hoje o criticaram. Tenho pelo Deputado o mais profundo respeito e admiração, contudo, não posso concordar com o ilustre Deputado Roberto Requião quando diz, que aquele que não aprovar a sua tribuna livre, estaria se apresentando como se estivesse com medo do povo.

Eu acho que não. Eu acho que aprovar a tribuna livre, se esta Assembléia aprovar a tribuna livre, esta Assembléia estará desrespeitando o povo do Paraná. E como disse muito bem agora há pouco, o Deputado Erondy Silvério, o Deputado Estadual estaria aqui recebendo o seu pagamento e não dando o cumprimento à sua missão.

Quando nós fomos pedir votos ao povo do Paraná, dissemos nos palanques, dissemos nos cartazes, dissemos nas esquinas que seríamos os representantes do povo do Paraná e que viríamos a esta tribuna para representar o povo do Paraná.

Então Senhores Deputados, dispensa-se a tribuna livre. Eu acho que cada Deputado é o responsável por esta tribuna livre. Cada Deputado é obrigado a trazer da sua região, trazer os problemas do seu povo e discutir aqui, debater aqui e resolver neste mesmo fórum de debates, que é a Assembléia Legislativa, através dos seus Deputados, que são os seus líderes representantes.

Tenta-se, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, abrir um espaço para os ilustríssimos representantes de outras ilustríssimas siglas partidárias. Ora! Senhores Deputados, nós tivemos uma eleição agora há pouco, o povo do Paraná não concedeu esta tribuna, que eu faço uso agora e que os Senhores usam constantemente, a ilustríssimos representantes de ilustríssimos partidos políticos que não o PMDB e o PDS; outros partidos foram pedir votos, outros partidos foram pedir esta mesma tribuna, e o povo disse não, o povo não aceitou, não acatou. Então, não cabe a Deputado nenhum nesta Casa fazer aquilo que o povo não quis.

Não cabe a nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, irmos contra a decisão soberana do povo do Estado do Paraná. Fala-se em uma Emenda Substitutiva do ilustríssimo Deputado Anibal Khury que, para vir para esta tribuna, é preciso fazer uma Ata, é preciso fazer uma reunião, é preciso passar pelo Plenário - e isto é ditadura! Pelo menos é ditadura isto!

Nós não podemos aceitar, não podemos ficar calados diante deste fato; somos totalmente contrários a este tipo de "tribuna livre". Se querem implantar uma "tribuna livre", se querem contrariar ao povo do Paraná que disse não nas eleições de 1982, abra uma tribuna, mas uma tribuna realmente aberta, franca e não da maneira como pretendem através da própria lei e através das Emendas Substitutivas. Isto é ditadura! E nós combatendo através dos longos anos a ditadura que se implantou neste País.

Se esta lei passar, nobres companheiros Deputados, para vir a esta tribuna, vai ser preciso fazer um curso na Alemanha. Observe o que está escrito, observem o que se exige para ocupar essa "tribuna livre", a tribuna que se pretende implantar nesta Casa pode ser tudo, menos uma "tribuna livre". Sou contrário a ela, nobres Deputados, Senhor Presidente, como também posicione-me desde agora contrário ao que pretende o ilustre Deputado Erondy Silvério, talvez aborrecido com esta propositura, talvez sentindo que a Minoria nesta Casa, ou a Bancada Minoritária talvez não tenha condições de derrubar esta propositura, e contará com o meu voto contrário. Talvez pretenda o Deputado um outro tipo de ditadura, fazer com que o cidadão vá ao Palácio, como viria a Assembléia sem marcar uma audiência, desordenadamente. Ora! nós iríamos partir para uma baderna generalizada, quer no Palácio Iguaçu, quer no Executivo, quer aqui no Legislativo. Acabemos com isto, não estamos para brincadeiras. Sei da preocupação da minoria, dos ilustres representantes desta Casa: vamos analisar friamente, vamos votar não contra a vinda de A ou B a esta tribuna, mas vamos ocupar, vamos assumir a nossa responsabilidade, vamos nós virmos a esta tribuna constantemente e transformá-la efetivamente numa tribuna livre, numa tribuna de debate e de alto nível, onde possamos nós, da Bancada Majoritária do PMDB, possamos debater livremente com a Bancada Minoritária do PDS, porque a grande verdade disso disse e repito ao encerrar: o povo do Paraná, milhões de eleitores do Paraná decidiram que estas tribunas, esta aqui e aquela acolá só podem ser utilizadas pelo menos neste quadriênio por Deputados do PMDB e do PDS que representam, ou pelo menos devem representar o povo do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO FURIATI — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — Obedecendo a ordem de inscrição, o Deputado Anibal Khury havia pedido inscrição para encaminhar votação.

O SR. ANIBAL KHURY — Senhor Presidente, eu ia encaminhar votação justamente para apresentar uma Emenda Substitutiva, mas o Deputado Roberto Requião já a leu e eu declino dessa oportunidade que me é concedida.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) —Na ordem de inscrição, concedo a palavra para encaminhar, ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu quero deixar claro meu respeito, minha admiração pelo Deputado Roberto Requião, temos dialogado em termos altos e democráticos, mas Vossa Exceência disse que nós Deputados que votássemos contra, é porque teríamos medo, medo dos nossos eleitores e nós não acei-

tamos esta "pecha" e estamos no mesmo pensamento do Deputado Erondy Silvério e do Deputado Ferrari Júnior, porque fomos eleitos para irmos de encontro aos nossos eleitores.

Não vamos entrar no mérito da nossa votação mas a nossa tribuna livre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lá nas bases, é lá que nós devemos discutir com todas as classes sociais que nós representamos, os seus problemas, as suas reivindicações e para trazermos a discussão como porta-voz que fomos para isso eleitos, aqui na Assembléia Legislativa.

O Deputado Anibal Khury apresentou uma emenda aparentemente sugestiva, para que as sessões se processassem às sextas feiras, e eu pergunto, nós temos Sessão às sextas feiras? Não temos. Então o que virão fazer aqui aqueles convocados pela Mesa ou convocados por algum Deputado, para usar a tribuna. A quem que eles vão falar, se é que de fato eles tem que falar, é para nós Deputados.

Por isso, Deputado Anibal Khury, eu acho que foi infeliz esta emenda, porque se tivesse além do que abordou o Deputado Ferrari Júnior, uma ditadura de estabelecer critérios, determinações, nós deveríamos ter isto dentro, se fosse viável, se fosse lógico, deveríamos ter dentro das sessões normais, às sextas-feiras nós não temos sessão, então porque não se processa essa tribuna livre dentro de uma convocação da Presidência, no Plenarinho, às sextas-feiras ou pelas manhãs, já que os Deputados não vão participar, já que às sextas-feiras nós não vamos participar.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro da coerência nossa que relatamos a esse processo dentro da Comissão de Constituição e Justiça, e que teve o apoio da maioria dos Senhores Deputados pertencentes àquela Comissão, nós hoje queremos reafirmar com todo respeito que temos à Bancada e é bom que se diga, através de seu Líder, nós não temos compromisso partidário para essa votação, como disse o eminente Deputado Roberto Requião.

Não é uma determinação, nós estamos livres para julgar esse projeto, nós achamos efetivamente que ele vai trazer transtornos e que vai desmerecer o nosso mandato, nós que tivemos a confiança do povo, não podemos nos subjugar, muito menos a partidos de cujos representantes não foram eleitos, quanto mais a determinados elementos das diversas classes sociais que nós respeitamos, que vamos ao encontro delas para trazer suas reivindicações, não vamos nos subjugar.

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo aqui registrado também o meu voto contrário com todo respeito com toda admiração que eu tenho pelo Deputado Roberto Requião de Mello e Silva. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — Com a palavra, para encaminhar a votação, na ordem de inscrições, o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recordo perfeitamente, quando ainda desconhecendo o andamento desta Casa, nos reuníamos pela vez primeira, a Bancada Majoritária do PMDB. Naquela oportunidade, não pela sua unanimidade, mas pela sua maioria, foi deliberado que se instituisse a tribuna livre.

Tribuna livre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, respeitando as posições contrárias de quem as teve. Porque acredito que esta Assembléia não se desmerece em nada, com a aplicação da tribuna livre. Acredito que o exercício do mandato parlamentar não fica maculado pela insti-

tuição da tribuna livre. Acredito que além da discussão dos fatos que possam atingir a comunidade, o fato que o Deputado, pelo mandato eletivo que tive, não poderá declinar, é o de votar as leis que irão reger o Estado do Paraná.

E no projeto de tribuna livre, é importante, Srs. Deputados, que nós venhamos a analisar este aspecto. Não está se dando o direito às entidades constituídas e autorizadas em Assembléia Geral, de deliberarem leis, para o Estado do Paraná. Ou nós temos medo, quem sabe, de que em reuniões de representantes de entidades legalmente constituídas, venham brotar lideranças; ou talvez tenhamos medo, que as reuniões, aqui realizadas nas sextas-feiras, de tribuna livre, sejam tratados com mais seriedade os assuntos, do que nós mesmo tratamos, durante a semana inteira. E eu via, na argumentação, do Deputado Ervin Bonkoski, a quem eu respeito, admiro e estimo, a alegação de que na sexta-feira, não há reuniões na Assembléia, e portanto os Deputados não estarão aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós fomos eleitos, para um período de quatro anos. Nós não somos Deputados de segunda a quinta-feira; nós somos Deputados todos os dias do nosso mandato. E se nós quisermos acompanhar aquilo que se passa nas entidades organizadas deste Estado, nós temos por obrigação, de ao menos, quando o assunto é pertinente, estarmos presentes, para recolher dessas reuniões algo que possa embasar a nossa atitude parlamentar.

Quero aqui declarar, Deputado Erondy Silvério, a quem eu tenho também um profundo respeito. Que na C.C.J., no Projeto originário da tribuna livre, o meu voto foi contrário. Se hoje o posicionamento é favorável à tribuna livre, é exatamente pela emenda que regulamenta a tribuna livre, a ser implantada nesta Casa. E, exatamente, na sexta-feira, para que não prejudique o fiel e bom andamento dos trabalhos dos Parlamentares, de segunda à quinta. Exatamente para entidades organizadas, que em deliberação de suas Assembléias deleguem poderes, porque eu acho muito mais importante do que as entidades fiquem lá na rua, protestando, muitas vezes ameaçadas pela própria Polícia, que possam reunir-se aqui nesse recinto, quando a Assembléia não está em funcionamento, e que debatam aqui as suas teses, e que a Mesa registre e que possam servir essas opiniões como forma de podermos fazer uso das ideias boas que por certo aqui surgirão! Não vejo porque nos diminua, não vejo porque devemos temer a tribuna livre, não vejo porque deva esta Assembléia sentir-se diminuída pela sua participação pelo fato de nós admitirmos que as entidades aqui venham!

E, disse muito bem, o Deputado Roberto Requião quando aqui veio defender o seu projeto, e os partidos políticos que não conseguiram assento nesta Casa? Terão que ficar ausentes da tribuna, da Assembléia, da Casa do Povo? Casa do Povo, Srs. Deputados, Casa do Povo que nós estamos querendo fechar para que as entidades organizadas não possam entrar... Que coisa esquisita até, para análise... Eu acho que a participação popular nunca será nefasta para Assembléia nenhuma, porque se por ventura um representante de uma entidade vier aqui ocupar a tribuna e não conduzir adequadamente o seu raciocínio, ou não for útil para o Estado do Paraná, em nada poderá afetar as leis deste Estado, Srs., porque não terá poder de deliberação, simplesmente será uma forma de expressar a sua vontade, e aqui sim, se quiséssemos nos proteger contra a população, eu diria, Deputado Erondy Silvério, tenho consciência de que a tribuna livre, em final de mandato possa ser, inclusive ocupada para criticar o Governo do PMDB, mas nós não temos medo disso porque nós queremos ouvir do povo, organizado as suas reivindicações!

Eu conclamo, portanto, aos próprios Deputados que nos antecederam nesta tribuna, expondo a sua posição contrária que reflitam sobre isso: — não haverá prejuízo do nosso trabalho, porque de 2ª a 5ª esta Assembléia irá normalmente se manifestar, mais uma coisa será negar a nossa coerência de analisar os fatos a serem trazidos para a tribuna livre, pois num artigo, num parágrafo desse artigo diz que será apresentado à Mesa e será posto a Plenário para deliberação, numa única votação os assuntos a serem tratados, evidentemente, nem a Bancada do PMDB, nem a Bancada do PDS vão propiciar que esta Casa seja o palco para tratar baboseiras, mas muitos assuntos sérios poderão aqui ser tratados e poderão servir para orientar os próprios Deputados a abraçarem causas coletivas que possam dignificar, cada vez mais os nossos mandatos, por isso Srs., num projeto que traz a assinatura do Deputado Roberto Requião, mas que é um projeto, pelo menos da maioria da Bancada do PMDB, solidário a essa tese de que nós precisamos abrir o Poder Legislativo como forma de restaurá-lo e dignificá-lo eu me posiciono favorável à tribuna livre, nos moldes dessa regulamentação, para que este Poder em consonância com a vontade popular, possa trazer benefício ao Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE—(Trajano Bastos) — Para encaminhar, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Enquanto o Deputado Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, se proclamam contra a tribuna livre, participam dos comícios populares, levando a sua mensagem, o povo vai ouvi-los; quando sindicatos organizados convidam Deputados, para lá discorrerem sobre os problemas da sociedade como um todo, ouvem-nos atentamente; quando a sociedade procura a discussão dos problemas, nós ouvimos a sociedade; quando um Deputado apresenta um projeto, abrindo a participação da tribuna livre, regulamentada, para que a sociedade organizada venha aqui dizer as suas verdades, aqueles que têm medo de ouvir as verdades, se rebelam numa posição triste, mas, muito mais que triste, profundamente reacionária.

A questão é ideológica, não é tão simplista como se coloca, porque ainda temos os políticos que só gostam de falar, mas não gostam de ouvir.

Esta Casa tem sessões, até hoje, nas sextas-feiras. Apenas não estão ocorrendo, porque as sessões de sextas-feiras, estão sendo adiantadas para quinta-feira, numa sessão extraordinária.

Triste o Parlamento que reclama de mais trabalho; triste o Parlamento que impede que o povo se manifeste; triste o Deputado que não gosta do povo, que não gosta de ouvir a verdade do povo; triste o Parlamento que não se subjugava ao povo, porque nas épocas eleitorais, o que nós vemos é muitas subjugações em função de se chegar até o voto.

Sindicatos, associações, entidades organizadas, precisam, quando não muito, procurar Deputados aos seus gabinetes, para dizer as suas verdades, porque nem sempre, nós Deputados, podemos ouvir todo o apelo da sociedade organizada.

A sociedade é dinâmica, a sociedade muda, e a sociedade de 1982 não é a sociedade de 1984. Os reclamos da sociedade de 1982 não são os mesmos reclamos da sociedade de 1984. E eu duvido que tenha aqui dentro desta Assembléia, um Deputado sequer, que possa garantir que

volta em 1986. Já não pode garantir que volta a esta Casa pelo voto do povo, porque a sociedade é dinâmica, ela pensa, ela muda.

E é em função desta mudança, que nós precisamos nos adaptar à dinâmica da sociedade. Desafio um Deputado daqui que garanta que após as eleições de 1986, voltará a este Parlamento, com certeza.

Não é possível, exatamente porque a dinâmica do processo faz com que as interações da sociedade sejam também dinâmicas, e os reclamos de 1982 não sejam os de 1984.

Portanto, Sr. Presidente, negar ao povo o direito de vir a esta Casa e falar, é negar a essência do próprio mandato.

Muito obrigado. —(Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO —(Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nós sabemos que o Regimento Interno não permite utilizar a palavra duas vezes no encaminhamento de votação.

Entretanto, para que os Anais não deixem transitar em julgado as afirmações que são verdadeiras aberrações, do nobre Deputado que estava na tribuna, queremos dizer que Sua Excelência não entendeu nada do que dissemos. Então, nós gostaríamos que a Casa apenas registrasse que não se trata de medo de ninguém. Se trata de cumprir a Constituição, Constituição do Estado e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — A Mesa não pode, Sr. Deputado, fugir ao cumprimento do Regimento Interno.

O Sr. Ferrari Júnior - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente o ilustre Deputado Furiatti nos citou nominalmente, só faria uma ligeira observação Excelência, a bem da verdade...(tímpanos) ...ele entrou pela porta dos fundos, eu entrei pela porta da frente Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não acata as palavras de Vossa Excelência.

O Regimento não permite. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Como membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, e que defendi a contrariedade deste projeto, com muita consciência do que estava fazendo. Com a consciência em primeiro plano Srs. Deputados de que a tribuna livre se alguém politicamente seria ou será beneficiado por ele, é a oposição. Oposição que pela vontade do povo nós, somos neste Estado.

Com a consciência de que, instituindo a tribuna livre, poderíamos nós, maquiavelicamente, agindo politicamente, trazer a esta Casa e a esta tribuna, pessoas previamente preparadas para desabafar aqui atitudes que são negativas por parte do Governo e que descontenta um grande percentual do povo deste Estado. Mas com a consciência também, Srs. Deputados de que nós não estamos aqui exercen-

do o nosso mandato com a intenção e com a obrigação de fazermos meramente política, o interesse do Estado, a ordem das instituições estão acima das nossas posturas políticas. E é—conhecendo assim, é sabendo disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós com muita consciência votamos contra esta matéria na Comissão de Constituição e Justiça, porque entendemos, em primeiro plano, de que delegar poderes, ou consentir de que o povo viesse diretamente expor as suas vontades seria delegar poderes do nosso mandato, seria fugir à responsabilidade que temos, de ser porta-voz do nosso povo. Quando nos apresentamos e fomos em praça pública, nos comícios, nas reuniões, conversando com o nosso povo, dissemos que seríamos nesta Casa o seu porta-voz.

Nego Srs. Deputados, a afirmação de que aquele que vota contra este projeto é porque teme a palavra do povo. Muito pelo contrário, é porque assumimos a palavra do povo, é porque queremos ser o porta-voz do povo desta Casa, e porque queremos e achamos que é um dever constitucional, é uma obrigação nossa defender aqui as intenções, as vontades e a palavra do nosso povo, é para isso que fomos eleito, é para isto que temos o nosso vencimento, e não vamos fugir a esta responsabilidade hora nenhuma.

Negamos, também Srs. Deputados, de que aqueles que votam contra este Projeto é porque temem o povo, é porque não querem ouvir a palavra do povo. Os nossos gabinetes, e o gabinete de todos os Deputados que são responsáveis, têm que estar abertos diuturnamente para ouvir os reclamos do povo, e ser aqui nesta tribuna o seu porta-voz com autenticidade, com lealdade, com dignidade.

E a prudência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, me leva a registrar mais uma preocupação com referência à matéria como esta. Pela pouca vivência política que tenho, mas, com alguma experiência parlamentar, desde a Câmara do meu município a esta Casa, que exerço meu terceiro mandato, é que procuro exercer com dignidade, com lealdade no compromisso assumido, de ser o porta-voz do meu povo; eu chamo a atenção para dizer o seguinte: de que até entre nós, Deputados, e todos aqui são testemunhas, às vezes, o calor da discussão nos leva a fugir da ética, às vezes a paixão aguda, e principalmente aqueles que têm menos vivência e mais entusiasmo, às vezes fogem à ética e fogem às regras do Regimento desta Casa.

Agora, imaginem os Srs., aqueles, que por ventura, possam vir com a intenção de denegrir e de manchar e de criar dificuldades para este Parlamento; não temos a palavra do povo, e eu elogio nesta hora a administração que está aqui, e que criou o Fórum de Debates, o Fórum de Debates para que todos aqueles que queiram exercer o direito da sua palavra, e de reclamar através deste Fórum de Debates, transmitir a sua palavra. O Fórum de Debates é o local adequado para o reclamo das classes, é o local adequado para ouvirmos e dar a liberdade principalmente, àqueles partidos que não fizeram através do voto uma representação nesta Casa, mas que eles existem de fato, e juridicamente, e por isto devem expressar as suas idéias. É no Fórum de Debates, o local adequado para estas situações. E nós Deputados, aqui não devemos fugir à responsabilidade nossa, de ser porta-voz, inclusive, dos assuntos que julgamos interessantes e que forem debatidos no Fórum de Debates.

E é por isto, que eu me preocupo às vezes, Sr. Presidente. Srs. Deputados, quando vejo que este Poder pode, através de uma delegação de poderes, no meu entendimento, de fugir, delegar responsabilidades que são nossas, ao nosso povo, e de colocar em risco, às vezes, uma situação de um Regimento Interno, acho que a emenda apresentada

pelo ilustre e eminente Deputado Anibal Khury, melhora, melhor esta lei, porém ainda vejo um risco, o risco é o seguinte: que o nosso mandato não é apenas exercido na tribuna; o mandato de um Deputado, e disse bem o Deputado Paulo Furiatti, quando disse que nós temos que falar, e temos que saber ouvir, como ouvimos as nossas bases, como ouvimos o nosso povo e a nossa região, se não é percorrendo-a, ouvindo o nosso povo e a nossa gente, e é exatamente na sexta-feira, no sábado e no domingo que aquele Deputado que se julga responsável, tem que correr as suas bases, visitar seu povo, fazer as suas reuniões, ouvir as reivindicações, para que ele possa, na segunda, na terça, na quarta e na quinta-feira, ser nesta tribuna o porta-voz dessa gente.

Porque assim nós estaremos desenvolvendo o nosso mandato dignamente, honradamente e disciplinadamente acima de tudo.

Sei que a aprovação de um projeto deste beneficiava a minha Bancada que hoje é oposição; sei que um projeto deste abre um precedente para entrarmos com um projeto, como bem disse o Deputado Erondy, onde vai eliminar uma pauta de audiência com Sua Excelência o Sr. Governador, mas sabemos que isto pode criar é uma séria dificuldade para o governo, porque jamais um Governador pode atender o povo, de portas abertas, a Instituição infelizmente prevê diferente, é preciso ter ordem, disciplina, sem nunca negar a palavra a quem quer que seja. Que não digam que esta minha postura é negação de palavra, um medo de ouvir o povo, absolutamente. No gabinete de cada um a porta está aberta para ouvirmos a nossa gente e traduzir, em forma ética e regimental, as reivindicações do nosso povo, e aí sim, trazermos a esta Casa, para uma análise de todos os Srs. Deputados que têm responsabilidade, para decidir os assuntos de interesse do povo do nosso Estado.

Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Excelentíssimas Sras. Deputadas.

Já quando da apresentação deste projeto, no ano passado, pronunciei-me favoravelmente e, hoje, mais do que ontem, reafirmo este posicionamento porque virou rotina nos gabinetes de todos nós Deputados deste Parlamento, a presença permanente de pessoas pertencentes às classes trabalhadoras que formam o coletivo da sociedade paranaense, a expor, individualmente, as suas reivindicações, os seus anseios e seus problemas, e sabemos que muitas vezes essas reivindicações, esses anseios e esses problemas, não têm o devido encaminhamento ou a devida e esperada solução, a necessária solução.

Ao contrário seria, e é sempre quando as categorias reivindicam coletivamente, não por um mas por todos, e dou o exemplo das reivindicações salariais através das declarações de greves, dos sindicatos; se, um apenas, trabalhador, deixasse de comparecer ao trabalho para reivindicar a melhoria do seu salário, esse trabalhador seria, com certeza, dispensado, dependendo do prazo até, por abandono de serviço.

Todavia, quando a classe trabalhadora se congrega e se une na reivindicação justa das suas pretensões, ele é ouvido, vai-se

para as negociações, vai-se para os entendimentos e se busca um meio-termo para minorar a situação angustiante daquela categoria.

A tribuna livre será a representação de um todo a expor, para todos nós e para o Paraná, exatamente os problemas que dificultam e angustiam a vida da classe trabalhadora. Não será um cidadão, será um representante de uma categoria, de um segmento da sociedade que precisa ser ouvido por nós. E dizia muito bem o Deputado Furiatti:

“A sociedade de 1982, não é a mesma de 1984, a política de 82 não é a mesma política de 84, e com certeza não será também a de 85”.

A sociedade é dinâmica, evolui, e nós estamos realmente caminhando para uma evolução, para o melhor, os ventos que sopram no Brasil são os ventos da redemocratização definitiva deste País e da participação popular em todos os segmentos da sociedade.

É verdade, somos todos das vozes do povo que nos elegeu, e representamos as regiões que nos elegeram, e todos nós, dentro das nossas capacidades, temos procurado corresponder a essa expectativa eleitoral, mas nos e diziam desta tribuna, vamos às ruas e vamos aos palanques e o povo nos ouve; e por que então não fazemos agora a retribuição? Vamos ouvir o povo dentro deste Parlamento para onde ele nos mandou; o povo vai, realmente, aos comícios, fica em frente aos televisores ou ligado às estações de rádio, para ouvir os seus candidatos ou fazer a escolha do seu candidato para representá-lo.

Essa tribuna livre seria um repasse dessa delicadeza que o povo tem tido para com todos nós, seria a abertura das portas da Casa dita do povo, para o povo aqui vir e realmente colocar globalmente, como uma categoria, exatamente os seus problemas. Nenhum de nós, tenho certeza, que talvez, na euforia da eloquência do improviso, tenha dito algumas coisas que poderiam ser corrigidas.

É verdade, nenhum de nós tem medo do povo, porque se tivéssemos, não iríamos ao seu encontro em busca do seu voto e do seu apoio.

O povo também espera que não tenhamos medo dele. O povo espera que nós realmente sejamos os seus porta-vozes e somos, todas as vezes que por ele e a favor dele falamos. Mas o povo também espera que de repente, quando os seus problemas se avolumam e se agigantam, é quase impossível que nos gabinetes de cada um de nós eles possam resolver esses problemas.

Seria muito importante e muito necessário que as portas da nossa Casa e a dele — povo, estivessem realmente abertas para que ele aqui viesse para expor as suas dificuldades, para colocar os seus problemas e nós, todos juntos, num abraço de irmão e de uma sociedade fraterna que haveremos realmente de construir, esquecendo o passado negro que nos atormentou a todos, todos juntos buscarmos a solução e reivindicarmos ao Governo Estadual, se for o caso ou do Governo Federal, se for também o caso, a solução para os problemas que angustiam a classe trabalhadora brasileira.

Nós sabemos que nestes vinte anos, só problemas eles acumularam, só problemas a sociedade brasileira acumulou e é necessário que estendamos a mão à população do Paraná, para dizer que estes representantes que aqui vieram, por eles mandados, através do voto livre, universal e secreto, que defendemos em todos os níveis, inclusive para Prefeitos das Capitais, para as cidades de fronteira e principalmente, para Presidente da República.

É necessária a participação da Nação, como um todo. É necessária a participação do novo junto de nós, para ouvirmos permanentemente as suas angústias e suas dificuldades. O povo tem muitos problemas. Não fuja desses problemas: vamos abrir as portas da Casa do Povo para ele enfrentar com autoridade, com personalidade e dignidade que ele sempre teve, mas nesses vinte anos não foi reconhecido porque, nesses vinte anos, se reconheceu o império, o monopólio do capitalismo a massacrar o Brasil e, principalmente, os trabalhadores dessa Pátria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Em votação o Projeto de Resolução n.º 01/83.

A Mesa orienta o Plenário que colocará de forma inversa. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu solicitaria da Mesa, se está sendo colocado o projeto original ou o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE — Está sendo colocado em votação o projeto em sua forma original, já que a emenda entrará em segunda discussão, se aprovada em primeira.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Retiro o pedido de verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está aprovado o projeto.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUILÃO, que veda o uso de placas sigilosas nos veículos pertencentes à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 81/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 30/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/84, (Mensagem n.º 47/84, ex-Proposição n.º 88/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 29/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o

e o Município de Barbosa Ferraz, visando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 62/84, (Mensagem n.º 52/84 - ex-Proposição n.º 93/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução 63/84, (Mensagem n.º 138/83 ex-Proposição n.º 46/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 30/09/83 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Campo Mourão, objetivando regular ampliação dos Serviços de Segurança contra incêndios e prestação de socorros públicos na área do referido município. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 64/84, (Mensagem n.º 24/84 - ex-Proposição n.º 27/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros de órgãos aqui mencionados. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 65/84, (Mensagem n.º 16/84 - ex-Proposição n.º 19/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 28/11/83, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, com interveniência da EMATER, objetivando execução de serviços do "PROGRAMA ESPECIAL DO OESTE DO PARANÁ" - PRODOPAR. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 66/84, (Mensagem n.º 139/83 - ex-Proposição n.º 45/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio, celebrado entre o Estado do Paraná, n.º 28/83, de 27/09/83, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e o Município de Curitiba, com participação do IPPUC, objetivando adoção de ação conjunta e coordenada no que respeita ao Sistema Metropolitano de Transportes. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 67/84, (Mensagem n.º 61/84 - ex-Proposição n.º 66/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, em 08/12/83 e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. Aprovado.

às rendas do município.

Este tipo de formulação do INCRA, visando atender fundamentalmente aos interesses da especulação está a criar, neste País, uma convulsão social sem precedentes. O agricultor que hoje não consegue produzir em vista de uma tecnologia industrializada e aquele que sabe produzir a terra está nos grandes centros, sem condições, inclusive de trabalho, porque ele sabe, infelizmente, só trabalhar a terra.

Portanto, nobre Deputado Rubens Bueno, a questão da terra precisa, na minha ótica, ser abordada com mais seriedade, inclusive por aqueles que se propõem assumir a Presidência da República, através do espúrio Colégio Eleitoral, a questão da terra tem que ser discutida. Tem que ser levada até a sociedade. E tem que ser assumida, porque de pouco importa ao Sr. Tancredo Neves assumir indiretamente o Governo e não falar de Reforma Agrária para não desagradar o regime.

Será, quem sabe, apenas um Presidente melhorado dos que estavam aí, mas não virá, fundamentalmente, a resolver o problema na sua causa, na sua origem, na razão de ser dos grandes problemas que temos hoje no País.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte do Deputado

Paulo Furiatti, atias, autoridade no assunto, pois o Deputado Paulo Furiatti é uma das grandes figuras, uma das grandes autoridades que temos com relação ao problema fundiário, não só no Paraná, como de resto em todo o País. E eu comunico ao Deputado Paulo Furiatti que possivelmente no mês de outubro, e hoje eu fiquei sabendo, que o PMDB do Paraná deverá fazer o I Encontro Nacional de Agricultura, exatamente para que coloquemos essas posições, para que se assumam um compromisso nacional, mesmo daqueles que se utilizam do Colégio Eleitoral e que Vossa Excelência tachou de espúrio, e nós sempre assim tachamos.

Concordamos plenamente com este assunto que deve ser discutido com mais profundidade.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Nos primeiros dez minutos o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Roberto Requião, por 10 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente Trajano Bastos, graças à firmeza de companheiros nossos do PMDB e porque não dizer, de companheiros nossos também do PDS, eliminamos da Assembléia Legislativa do Paraná, a escravidão branca. Escravidão trazida pela exploração de mão-de-obra para serviços de limpeza. Esta situação permitida por lei para serviços eventuais e empregada pelo Estado, inclusive como forma de burlar os direitos do trabalhador, foi banida da Assembléia Legislativa.

Sim, Sr. Presidente, um trabalhador que exerce serviço público permanente, de fato, não tem acesso às vantagens inerentes ao cargo. Pelo seu trabalho, as empresas de prestação de serviços cobram muito e o trabalhador recebe muito pouco.

Ainda outro dia em debate na Associação Comercial do

Paraná, um de nossos Deputados, da Casa, da Bancada do PDS, o Deputado Erondy Silvério, defendendo as empresas que exploram a mão-de-obra, acusava esta Assembléia de liberalidade irresponsável. Acusava a Mesa do PMDB, especificamente, de contratar uma funcionária do cafezinho por 800 mil cruzeiros.

Não sei, Sr. Presidente, se seriam muito 800 mil cruzeiros para uma funcionária do cafezinho em uma Assembléia onde alguns Deputados recebem seu salário integral e não frequentam a Casa, quanto mais as Sessões Plenárias.

Mas, os membros da Associação Comercial, ficaram indignados. A acusação não foi feita diretamente a mim, embora eu participasse do debate, foi para a Mesa, foi para o Poder Legislativo. Acho que a Associação Comercial merece uma explicação. O Deputado Erondy Silvério deve explicitar sua acusação. A Mesa deve tomar conhecimento e informar o Plenário da verdadeira situação e, finalmente, a Associação Comercial merece ser esclarecida, senão permanece a acusação pública de malversação de fundos e todos nos desmoralizamos com isso.

Mas, quanto às empresas de prestação de serviços, algumas acusações formuladas pelo advogado Luiz Salvador, publicadas por um jornal de hoje, merecem registro. Diz o advogado, denunciando o exagerado crescimento das empresas de locação de mão-de-obra para serviços de vigilância e limpeza, o seguinte: "Nos últimos anos, até cinco anos atrás, haviam somente 30 empresas de prestação de serviços no Paraná, e atualmente temos em torno de 150". O advogado considera que este setor foi um dos que mais cresceu neste período de crise, justificando-se tal processo pela exploração desumana e ilegal dos desempregados que recorrem a estas empresas, tendo que submeter-se a péssimas condições de trabalho em troca de baixos salários.

O grande problema dos vigilantes e serventes, diz o advogado Luiz Salvador, é especialmente com relação à locação, pois trabalham mais que o horário determinado por lei, expostos a riscos de saúde e de vida em muitos casos, para receber cerca de um salário mínimo.

A questão é que as empresas pagam cerca de um salário mínimo ao trabalhador e recebem do cliente ou do "tomador" dos serviços alugados, pelo menos três vezes mais.

O advogado Luiz Salvador analisa a Legislação que "não permite a locação de mão-de-obra ou prestação de serviços, conforme o termo usado pelas empresas. Mas como então eles conseguem se estabelecer? Porque o próprio Governo se utiliza de seus serviços, alugando trabalhadores que deveria contratar efetivamente. Assim, eles fazem vista grossa porque são beneficiados pela existência dessas empresas locadoras", responde Salvador. Mas existe uma "brecha" na legislação, que acaba por dar algum respaldo às empresas: a Lei 6019, que estabelece a locação de mão-de-obra para atividades excepcionais, num prazo máximo de 90 dias.

PERMANENTE

"As firmas se aproveitam disso, mesmo sabendo que o trabalho de vigilância ou limpeza em qualquer estabelecimento é algo perfeitamente previsível e permanente, portanto, não se enquadra no aspecto excepcional", salienta o advogado. A lei também não define exatamente a situação de emergência, levando as empresas a encontrar uma forma de burlar a legislação, acrescenta Salvador, "promovendo uma grande rotatividade de mão-de-obra para não caracterizar a prestação de permanente de serviços. Para os vigilantes, mais um grave

problema: a falta de segurança nos locais de trabalho. São obrigados a enfrentar marginais fortemente armados e bem aparelhados com um simples revólver, a cara e a coragem. Hoje a categoria luta por mais segurança, quer cabines à prova de tiros e proteção para o corpo, além de um melhor seguro de vida e maior prêmio para a família em caso de invalidez ou morte em serviço".

E mais uma vez eu cumprimento a Presidência e a Mesa desta Casa, por ter nos livrado deste tipo de exploração. Hoje, temos na Assembléia funcionários que recebem um mínimo de dois salários.

Finalmente, Sr. Presidente, e expondo a posição do advogado Luiz Salvador, espero que a bancada do PDS, através de sua Liderança, também se pronuncie a respeito desta guerra santa, desta grande batalha desencadeada pelo Deputado Erondy Silvério, na Associação Comercial, contra "a mulher do cafezinho".

Talvez, Sr. Presidente, estejamos diante de um fato histórico. Talvez este caso, Deputado Erondy Silvério, "mulher do cafezinho" venha se tornar antológico nos Anais da política paranaense. Se o PDS, através de sua Liderança, endossar esta tese, provavelmente teremos manchetes nos maiores jornais do Paraná, desta natureza, "malufistas contra "a mulher do cafezinho".

Concedo o aparte ao Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre Deputado Roberto Requião, eu dou razão a Vossa Excelência quanto a tese. Efetivamente, as empresas prestadoras de serviços aos órgãos estatais estão explorando trabalhadores brasileiros e estão enriquecendo os seus proprietários.

Dou-lhe exemplos, nobre Deputado: dois deles: vigilantes que trabalhavam e trabalham no Banco do interior, no interior, aos sábados ou aos domingos, os seus patrões, que não é o Banco do Estado do Paraná, obrigam a trabalharem como vigilantes em outras repartições ou em organizações particulares.

Na esfera federal, também na região dos Campos Gerais, empregados de prestadoras de serviços em repartições públicas do Governo Federal, trabalham de segunda a sexta-feira, e no sábado ou no domingo vão trabalhar obrigatoriamente pelo proprietário da empresa, como serventes em restaurantes de propriedade particular dele.

Eu sou contra a estatização, mas o que está ocorrendo é que o Estado, no seu todo, e eu falo isto a nível municipal, estadual e federal, está fugindo de suas responsabilidades; contratar diretamente os funcionários necessários para suas atividades não é estatização, é assumir suas responsabilidades.

Não vejo ato nenhum, de estatização, no momento em que a Assembléia Legislativa assumiu a responsabilidade pelos rapazes que trabalhavam nos elevadores, pelas senhoras que trabalham na limpeza, pelas senhoras que trabalham no cafezinho. Não é estatização.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Comunico ao orador que se encontra na tribuna, que os dez minutos cedidos pela sua Liderança estão esgotados.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, por mais um minuto? No Horário da Liderança?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, só para encerrar.

Espero que, no Horário da Liderança do PDS, tenhamos

resposta para esse enigma que fica no ar.

O "malufismo" é a favor ou contra a exploração do trabalho escravo no Estado do Paraná?

De qualquer forma, Deputado Edmar Luiz Costa, liberdade de empresa não se confunde com exploração indiscriminada de mão-de-obra. Tem que acabar, no Estado do Paraná, e há um projeto de minha autoria e dos Deputados Paulo Furiatti e Nestor Baptista, prestes a entrar na Ordem do Dia, e eu espero que, inclusive, o Deputado Erondy, revendo a sua absurda posição na Associação Comercial, vote para o fim desta situação de exploração indiscriminada do trabalho humano.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, por 10 minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): Há cerca de duas semanas o Diário Oficial da União publicou a minuta do anteprojeto de lei do Ministério dos Transportes que transfere a empresas privadas a operacionalização dos portos brasileiros, a exemplo do que ocorre atualmente, nas palavras do próprio técnico do Ministério dos Transportes, em Nova Iorque, Estados Unidos.

É verdade que o anteprojeto não inova a perspectiva do governo federal em relação à economia do País. Sua importância reside, entretanto, em que fica desvendado o verdadeiro conteúdo, a real estratégia da tese de federalização dos portos do Sul do Brasil, anunciada recentemente pelo Ministro Cloraldino Severo, e que teve ampla repercussão no Estado do Paraná.

Podemos hoje ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com clareza ainda maior, que os militares e os tecnocratas desenterraram outra vez, sob o signo da federalização, a velha e sórdida expressão do entreguismo deste regime, segundo a qual o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Justificam a privatização do nosso sistema portuário com a experiência do sistema novaiorquino. Mas não tratamos, como se poderia depreender, de mera falta de criatividade. Dizemos de um projeto permanente de governo, que não se esgota com a internacionalização do sistema financeiro, industrial, agropecuário. De um projeto que se pretende deite raízes em todas as nossas estruturas econômicas.

Propagandeavam a federalização do porto, rumo a um novo tempo de eficiência, modernização, agilidade, quando queriam dizer, em verdade, federalizar para privatizar. Ora vejam, Srs. Deputados, Sr. Presidente, como se pratica, nesta República, aberta e impunemente o ilusionismo, a manipulação, o favorecimento. Está, pois, desmascarado o governo em suas intenções privatizantes e ainda maior razão se dá à sociedade civil paranaense, à imprensa de nosso Estado, que repudiou com vigor a proposta da federalização do Porto de Paranaguá.

Mas se a principal mudança contida no anteprojeto é a privatização, há alcance ainda mais vasto nas quinze disposições da nova legislação proposta. A integração dos portos no sistema aquaviário nacional, a instituição dos contratos operacionais entre portos e armadores, a permissão aos portos de variarem as tarifas conforme a quantidade de carga apresentada pelos exportadores, numa espécie de economia de mercado; a possibilidade de regulamentação de operações portuárias especiais; a preferência ao sistema PORTOBRÁS, nas áreas dos

aqueles que conseguirem ainda sobreviver profissionalmente até dezembro, porque centenas já não resistiram, estão sendo exonerados desde o começo do ano letivo até agora, nós desejamos, mesmo que seja para cinco ou dez, mas que haja reconhecimento de que não é justo nós propiciarmos ate mesmo-opções de trabalho, sem viabilizarmos condições humanas para que o trabalhador possa desenvolvê-las.

Senhores Deputados, o meu muito obrigauo. Tenho certeza de que jamais haveria de patrocinar qualquer causa oportunista ou demagógica, se apresentei este projeto foi em função de uma situação permanente definitiva que aí estava selada até agora e que trouxe aborrecimentos, não só agora, mas em todos os concursos públicos realizados na história educacional do Paraná.

Amigos Parlamentares, o nosso respeito a qualquer decisão, mas saibam acima de tudo, de que se a solução não vier agora, o desafio vai continuar, porque é preciso que a comprovação à vivência, à experiência de vida profissional voltada à educação, sejam pelo menos como um mísero estágio probatório, o qual venha viabilizar condições de vida profissional e normalidade no desempenho das suas funções. Aí está a questão, se hoje ou agora, a solução, gostaríamos que fosse imediata. Entretanto, a manutenção desse veto e a existência em não encontrarmos uma saída vai representar acima de tudo, uma dificuldade selada, uma afronta selada, não ao Parlamentar, não a esta Assembléia, mas a trabalhadores que precisam ter regularizada a sua função. Se os outros cumprem estágio probatório, pelo menos são uma pessoa física e uma jurídica só. Mas, julgar com o mesmo peso, categorias funcionais diferentes, parece-me que não representa o bom senso, não representa a coerência. A todos os que se manifestaram em apoio a este nosso projeto, o nosso muito obrigado. Àqueles que marcharem solidários com a causa, não circunstancial, o nosso agradecimento e os nossos respeitos à posição do Executivo, e daqueles que discordaram dessa correção que precisa ser feita, antes que seja tarde demais.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação.

O SR. ERONDY SILVERIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, apenas para fazer dois registros.

Primeiro, a minha posição. Eu sou favorável ao projeto do nobre Deputado Tadeu França. Porque, como Líder do Governo de Ney Braga, eu fui um dos que lutei muito, para que, naquela oportunidade, o Governador do Estado suspendesse a exigência hoje contida, do estágio probatório. Fomos felizes, toda a Bancada do PDS, através de um decreto, faz tomar sem efeito a medida, inclusive o nobre Deputado Tadeu França, ao que me parece, foi beneficiado na ocasião.

Então, eu quero me posicionar favoravelmente ao projeto do Deputado Tadeu França, pelo seu alto conteúdo humano. Porque não é possível mais, que um Governo que foi às pracas públicas, que foi aos palanques, antes de novembro de 82, e prometeu muita e muita coisa ao professor, hoje vem exigir exatamente, aquilo que para nós é um verdadeiro terrorismo contra o professor que lutou muito, que submeteu-se ao concurso. Como bem disse o Deputado Tadeu França, ninguém sabe o que representa na vida do professor, mais um padrão. Representa anos e anos de estudos e esforços. Eu, por delegação do nobre Líder aqui, estou falando em nome da Bancada do PDS. Esta é a posição da Bancada do PDS sem querer agradar quem quer que seja) mas apenas pelo espírito de justiça.

E o segundo registro que eu quero fazer, Senhor Presi-

dente e nobres Senhores Deputados, é verificar, não quero, não tenho bola de cristal, mas eu quero verificar o voto do nobre Deputado Paulo Furiatti. Ele há pouco verberou a minha posição e de outros nobres Senhores Deputados que se colocarem contra essa observação jurídica, que se chama tribuna livre, nos tachando de covardes, que temos medo de ouvir o povo. Isto não é verdade. Agora nós queremos ver a posição desse cidadão, desse Deputado. Porque não existe tribuna mais livre do que aqueles apelos que recebemos de todos os professores de todo o Paraná; inclusive da Associação dos Professores. Então, para que não se torne letra morta as reivindicações que possam ser feitas nesta Casa, pela implantação da tribuna livre, é que nós queremos ver o voto desse Deputado, para ver se ele realmente é coerente com o que ele disse da tribuna há poucos instantes. Que a tribuna mais livre que existe, é aquela do coração; do coração do professor paranaense; e apelo pessoalmente a cada um dos Senhores Deputados com assento nesta Casa, para que apoiassem o projeto do nobre Deputado Tadeu França. E agora, que se posicionasse pela rejeição do veto do Governador José Richa, ao mencionado projeto. Nós estamos aqui, atendendo um apelo de um segmento da sociedade paranaense; um segmento muito importante que é o professor; nós estamos atendendo ao apelo, esta sim é a verdadeira tribuna livre. Agora, nós queremos ver o posicionamento de quem nos chamou de covardes há poucos instantes, fugindo à ética parlamentar, fugindo à boa educação que deve reger as relações entre Deputados da Maioria e Minoria nesta Casa. Fugindo, também, à ética, quando não se aceita o posicionamento que um Deputado democraticamente toma. Ora, se nós, nos posicionarmos contra uma proposição, porque é o nosso pensamento que nós temos o direito de exercitar livremente, sem dar satisfações a quem quer que seja, a não ser o povo que nos conduziu a esta Casa. Não podemos admitir que um outro Senhor Deputado nos chame de covardes para isso. Ele disse que triste é o Parlamento onde um Deputado tem medo de ouvir o povo; triste é o Parlamento onde um Deputado que faz estas afirmações, meia hora depois deixa de ouvir o povo, para votar contra esse mesmo povo representado pelo professor. Não tenho bola de cristal. Se estiver enganado, se o voto do nobre Deputado Paulo Furiatti foi favorável ao projeto e contrário ao veto do Governador, dou a mão à palmatória e antecipo as minhas desculpas ao nobre Deputado. (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO FURIATTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, a minha posição quando votei a favor do projeto do Deputado Tadeu França ficou bem clara; ora, se votamos a favor do projeto e ele foi aprovado na Assembléia, ele volta para cá e ele é veto; só resta-nos mantermos a coerência de votarmos no projeto. Agora, eu apenas quero lembrar uma coisa: a derrubada deste veto, só não acontecerá se não tivermos Deputados do PDS do lado de lá. Temos 5 Deputados com 24 Deputados do PDS, se estivéssemos em 3, 20 Deputados do PDS mais os Deputados do PMDB que aprovam o projeto nós teríamos a derrubada do veto.

Muito obrigauo. (Sem revisão do orador).

O SR. ODENI MONGRUEL (Para encaminhar) - Senhor Presidente, o Ofício 69/84 de 3 de julho de 1984, do Governador do Estado do Paraná, José Richa, endereçado à esta Casa de Leis, à pessoa do Presidente deste Poder, o Senhor Deputado Trajano Bastos de Oliveira, traz a justificativa entendida pelo Poder Executivo Estadual dos motivos do veto,

imposto ao Projeto de Lei 77/83, por julgá-lo inconstitucional, reproduz o texto do ofício, do eminente Deputado Tadeu França.

Alega o Senhor Governador do Estado, em seu expediente, de que essa negativa de sanção ao plano de lei em exame, decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade; eis que fere mandamentos contidos na Constituição Estadual.

É bom salientar, que a pretensão do eminente Deputado Tadeu França não objetiva extinguir o Estágio probatório para aqueles que mediante concurso público ascenderam, merecidamente ao 2.º padrão de sua atividade de magistério.

Observa o Deputado autor deste projeto de lei, da necessidade da contagem de tempo de serviço para efeito do estágio probatório àqueles que alcançaram pelo concurso público do magistério o seu 2.º padrão. E vale à pena esclarecer que esse estágio probatório previsto tanto no Estatuto do Magistério como expressão da Constituição do Estado, antes de tudo, pela sua próprio nome, estágio probatório, está dizendo, é aquele período em que o pretendente a um exercício efetivo do cargo público deve demonstrar aptidão para aquelas funções.

O estágio probatório é a fase inicial, em que o servidor público demonstra guardar íntima conexão, pontos de identificação com o serviço a que se propôs realizar.

E nós verificamos no rol daqueles que vêm pleiteando a remoção já, que conseguiram o 2.º padrão em concurso aberto, a tantos quantos na sociedade paranaense, entendessem de se habilitar ao preenchimento dessas vagas, muitos deles já se encontram em período consideravelmente avançado, para efetivo de suas aposentadorias, inclusive, com relação ao seu primeiro padrão. E vêm agora, solicitar ao Estado, que possibilita a tantos quantos se encontram nessa situação desconfortável, através mesmo de atitudes burocráticas que poderiam solucionar o impasse, para que não se vejam na contingência de ocupar o segundo padrão de cargo lotado em estabelecimento de ensino de uma determinada cidade, distante daquele em que mantém o seu padrão original.

É preciso que se verifique esse aspecto no próprio projeto do Deputado Tadeu França. Ali há, justamente, a referência de como se proceder nesse sentido, sem violentar a Constituição Estadual, objetivando que a contagem de tempo para efeito do estágio probatório, seja considerada já vencida; seja considerado já superado, uma vez que o servidor público, investido na condição de professor, integrante do sistema estadual de ensino, e já experiente no desempenho de suas atividades, receba por interpretação, o atendimento ora reivindicado.

A Lei Complementar 7/76 e que dispõe de assuntos específicos da educação do Estado, possibilita, perfeitamente esta interpretação, buscada pelo Deputado Tadeu França. E vejo na atitude do Deputado e Professor, a demonstração inequívoca de que procura, no exercício de suas atividades parlamentares, fazer jus, não apenas ao meio de onde é originário, apenas em defender aqui as causas do magistério, que não são apenas do magistério do Paraná que, pela sua dimensão, pela sua amplitude, pelo seu significado, são as causas da educação da própria humanidade. Mas, vejo, acima de tudo, na atitude perseverante do Deputado Tadeu França, na sua luta incontida para a conquista daquilo que julga meritório, o esforço de corresponder no plenário, de corresponder no seu trabalho parlamentar, as promessas que fez ele e seus companheiros de campanha de datem uma nova dimensão à educação.

Vejo, portanto, como sendo de grande valia, que os Srs. Deputados integrantes de ambas as Bancadas, levem em consideração este apelo trazido a esta Casa, pelo eminente autor do projeto em questão, e que acolhe a manifestação dos professores do sistema estadual de ensino do Paraná, já por diversas vezes manifestado através, não apenas de comissões específicas, constituídas para tal fim, mas através de seu órgão máximo de representação, a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, para que esta Casa retifique o posicionamento anterior, compreenda agora, como compreendeu anteriormente quando ainda, apenas no exercício de suas atividades e no exercício de consciência e de seus valores próprios, decidiu pela aprovação do referido projeto lei.

Eu invoco neste momento a imagem do próprio Poder Legislativo que já deliberou a respeito de tal proposta, em caráter de absoluta isenção, que assim o faça, que assim permaneça em mais esta oportunidade, deixando bem claro que os contatos ocorridos nas últimas horas, por mais procedentes que o fossem, foram insuficientes para mudar a maneira de pensar e de agir do Deputado integrante desta Assembléia.

Espero, Sr. Presidente, espero Srs. Deputados, que o Deputado Tadeu França, pela natureza de seu projeto, pela maneira própria e justa como traz este assunto de grande envergadura, tome uma decisão no sentido de preservando a imagem de independência do Poder Legislativo, o Estado do Paraná corresponda às expectativas da sociedade paranaense, mostrando sempre, que as nossas vozes desta tribuna, as nossas vozes deste Plenário não têm o sectarismo e não tem marca personalizada de indivíduos ou de grupos partidários, mas têm por traz de sua fala, o próprio ego da sociedade paranaense.

Obrigado. —(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) —Está em votação a Proposição de n.º 137/84. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. TADEU FRANÇA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) — A Mesa irá proceder a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se. (Pausa). Dezenove Srs. Deputados aprovam o projeto. Dezesete Srs. Deputados rejeitam. Está rejeitado o projeto e mantido o veto.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 198/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 167/84), que visa obter autorização de um Crédito Especial no valor de CR\$ 2.119.735.000,00 (Dois bilhões, cento e dezenove milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), destinados a atender despesas com obras e instalações do "ANEXO AO PLENÁRIO" da Assembléia Legislativa, para o exercício de 1984, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 202/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 164/84), que visa

obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 701.700.000,00 (setecentos e um milhões e setecentos mil cruzeiros), destinados a atender despesas de outros custeios e obras e instalações da Assembléia Legislativa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 202/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 701.700.000,00 (setecentos e um milhões e setecentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Assembléia Legislativa destinados à cobertura de despesas com outros custeios e instalações.

Art. 2º — Servirá como recurso para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, o estabelecido § 1º, item II do art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 202/84

O presente Projeto de Lei nº 202/84, oriundo da Mensagem Governamental nº 164/84, tem por objetivo autorizar um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 701.700.000,00 (setecentos e um milhões e setecentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Assembléia Legislativa destinados à cobertura de despesas com outros custeios e obras e instalações.

Analisando o seu aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que conforme estabelece a nossa Carta Magna tal iniciativa é de competência do Chefe do Poder Executivo, e conforme esclarece a mensagem tal Crédito Especial virá atender despesas de outros custeios e obras e instalações deste Poder Legislativo.

Assim, legal e constitucionalmente a matéria está em condições de ser aprovada por esta Casa.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 202/84

O Projeto de Lei ora em exame, tem por finalidade autorizar a abertura de um crédito especial ao Orçamento vigente da Assembléia Legislativa, no valor de Cr\$ 701.700.000,00 (setecentos e um milhões e setecentos mil cruzeiros), destinados à cobertura de despesas com outros custeios e obras e instalações.

Sobre a matéria houve um pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito da competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre seu aspecto financeiro, temos que a matéria encontra respaldo dentro das reais possibilidades do erário estadual, não havendo assim qualquer reparo que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

Presidente - Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 73/84, (Mensagem nº 41/84 - ex - Proposição nº 54/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 74/84, (Mensagem nº 55/84 - ex-Proposição nº 91/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 75/84, (Mensagem nº 64/84 - ex - Proposição nº 92/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 05.01.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Clevelândia, para atender necessidades técnicas e materiais dos produtores agrícolas.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 76/84, (Mensagem nº 48/84 - ex-Proposição nº 84/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 77/84, (Mensagem nº 03/84 - ex - Proposição nº 06/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura com municípios que especifica e objetivos adiante mencionados.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 78/84, (Mensagem nº 54/84 - ex-Proposição nº 82/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 80/84, (Mensagem e ex-Proposição nº 72/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado,

através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 81/84, (Mensagem n.º 53/84 - ex-Proposição n.º 87/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes, e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 82/84, (Mensagem n.º 50/84 - ex-Proposição n.º 90/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 06.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana, conforme "PRONOROESTE".

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 83/84, (Mensagem n.º 57/84 - ex-Proposição n.º 62/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 2.º Termo Aditivo, datado de 29.12.83, ao Convênio celebrado em 13.06.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Umuarama, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Edite de Narde, ocorrido no Município de Barbosa Ferraz.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 107/84, que dá nova denominação à Escola Estadual Embaixador Lincoln Gordon, nesta Capital. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 155/84, que denomina Distrito Administrativo de Nova Tebas o Distrito Administrativo de Bela Vista no Município de Pitanga, e fixa sua sede administrativa no Distrito de Nova Tebas. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n.º 120/84 de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação aos art. 5.º, 6.º e 10.º da Resolução n.º 57 de 29.06.84, e dá outras providências. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 177/84, que outorga título de cidadão honorário do Paraná, a Dom Pedro de Casaldáliga. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior

solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 185/83, de sua autoria, que visa autorizar o Poder Executivo a destinar verba a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. —Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antenor Ribas de Camargo, ocorrido no dia 10 de setembro do corrente ano, nesta Capital. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antenor Ribas de Camargo, ocorrido no dia 10 de setembro do corrente ano, nesta Capital. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 164/84, de autoria do Poder Executivo (Mens. 134/84 que objetiva alterar o disposto no caput do art. 143 da Lei n.º 6174, de 16.11.70 revisão de proventos de funcionários civis aposentados). —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 198/84, que visa obter autorização de Crédito Especial para atender despesas com as obras e instalações do "Anexo ao Plenário" deste Poder Legislativo. —Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Srs. Deputados Anibal Khury e Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 168/84 — Mensagem do Poder Executivo — que visa reformulação da estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Em votação. Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI —(Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) 32 Srs. Deputados responderam à chamada.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo a solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

03 Srs. Deputados aprovam; 20 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, solicito verificação de quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). 22 Srs. Deputados responderam à chamada. Há

número para o prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Líder do PDS, na Câmara Federal, encarecendo para que o mesmo desencadeie uma ação vigorosa no sentido de limitar a correção dos aluguéis de imóveis comerciais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Finanças, encarecendo esforços para isentar do ICM a parcela relativa ao acréscimo sobre as vendas a prazo, visando a adoção de medida por parte do CONFAZ. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado Pedido de Informações a Sra. Secretária da Educação, acerca de supostas irregularidades ocorridas no Colégio Agrícola Manoel Moreira Pena, do Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo uma avaliação profunda no sentido de se criar e instalar um Colégio a nível de Segundo Grau, no Município de Quinta do Sol. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando a liberação de recursos financeiros orçamentários para a construção de uma quadra de esportes nas dependências da Escola Estadual D. Pedro II — Ensino de 1.º grau, no Município de Janiópolis. — **(Encerrada a discussão.)**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação e conservação do trecho entre a BR 272 até as proximidades do Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga — Ensino de 1.º e 2.º graus, no Município de Goio-ere. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a liberação de materiais para a ampliação do sistema de abastecimento de água e galerias pluviais no Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando a destinação de uma viatura policial equipada para a Delegacia de Polícia do Município de Ubatuba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pleiteando a destinação de uma viatura policial equipada para prestar serviços no Município de Barbosa Ferraz. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de enviar estudos para a criação e instalação de um posto de saúde junto ao Conjunto Habitacional construído pelo sistema mutirão, no Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, pleiteando a criação e instalação de um posto de Saúde equipado no Distrito de Yolanda, no Município de Ubatuba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, objetivando a implantação do sistema de auto-construção de 50 casas para o conjunto dos funcionários da Prefeitura Municipal de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo estudos apropriados, determinando a regionalização daquele órgão previdenciário, através de sua Coordenadoria já existente no Município de Campo Mourão, respeitando os limites territoriais que formam a Microrregião Doze. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, pleiteando a liberação de recursos financeiros para serem aplicados na construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual — Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Campina da Lagoa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela comemoração do 24.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Mamborê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da PARANATUR, por intermédio da Secretaria da Cultura e do Esporte, encarecendo estudos na viabilidade turística das Termas Jurema, no Município de Iretama. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Igreja Adventista do 7.º Dia, pela realização do Congresso Estadual da Juventude Adventista realizada em Curitiba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao escritor paranaense Paulo Mosiman da Silva, pelo lançamento do livro "Dirceu Graeser - A Voz de Um Pássaro". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, pleiteando a criação e instalação de uma CIRETRAN no Município de Wenceslau Braz. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de louvor à Comissão Organizadora do V Congresso Internacional de Odontologia, realizado em Ponta Grossa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente do Senado Federal, visando imediata inclusão da Emenda Theodoro Dias na Ordem do Dia, que restabelece a

eleição direta para Presidente da República. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Líderes de Bancada deste Poder, pleiteando a formação de uma Comissão Especial de Análise do Anteprojeto de Lei do Ministério dos Transportes sobre a política portuária. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento formulado pelo advogado José Alberto Dietrich, Filho, contra os Srs. Presidente da República, Ministros do Planejamento, Fazenda e Diretor Presidente do Banco Central. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente do BANESTADO, através da Secretaria das Finanças, pleiteando a instalação de uma Agência no Município de Lupionópolis. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo providências nas 4 reformas e melhorias no Fórum da Comarca de Matelândia. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário das Finanças e Diretor Presidente da COPEL, pleiteando o término da instalação da rede de energia elétrica no Jardim Aeroporto, no Município de Campo Mourão. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo estudos para construção de uma nova Delegacia de Polícia para o Município de Marialva. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Regional da Rede Ferroviária Federal S/A, pleiteando para que sejam colocados mais vagões à disposição do Município de Maringá. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo para que se apure os fatos sobre a agressão sofrida por um repórter no jogo entre o Atlético e o Coritiba no Estádio Antônio Couto Pereira. - Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.ºs 49/83, 43, 44, 45, 46 e 47/84.

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 199/83.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 57 e 124/83.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 93, 125, 198 e 202/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 01/83, 04, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74,

75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83 e 120/84.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aoi doze dias do mês de setembro de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida Cesar, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Ezequias Losso, Ervin Bonkoski, Hermas Brandão, Nelson Buffara, Ivan Gubert, Tadeu Lúcio Machado. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se a seguinte ordem do dia.

1) Proposição 164/84, do Poder Executivo - Mensagem 159/84. Cópia do 2.º Termo Aditivo ao Convênio entre o Estado através da Secretaria de Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando realização de provas laboratoriais para diagnósticos das doenças de animais. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. 2) Projeto de Lei 222/84, do Poder Executivo - Mensagem 175/84. Objetiva aplicar na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas e aos procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo art. 77 da Lei 7297, com redação dada pela lei 7878. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado com substitutivo geral. 3) Proposição 167/84, do Poder Executivo - Veto ao Projeto de Lei 38/84, da Deputada Amélia Hruschka, que autoriza o Poder Executivo criar a Fundação Centro de Assistência ao Deficiente Físico, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável pela aprovação do veto. Aprovado. 4) Projeto de Lei 142/84, do Deputado Edgard Pimentel. Autoriza o P.E. conceder título de Cidadão Honorário à Senhora Suely Marcondes de Moura Festugato, conforme especifica. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 5) Projeto de Lei 139/84, do Deputado Ervin Bonkoski. Dá nova redação conforme especifica ao art. 1.ª da lei 7557. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Contrário. Rejeitado. 6) Projeto de Lei 225/83 do Deputado Rubens Bueno. Complementa o art. 2.º da lei 7122, a qual dispõe sobre a estrutura das carreiras do Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Contrário. Rejeitado. 7) Projeto de Lei 190/84, do Deputado Tércio Albuquerque. Institui o Programa Estadual de Arborização Urbana com árvores frutíferas na forma que especifica. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Contrário. Rejeitado. 8) Proposição 152/84, do Poder Executivo - Mensagem 149/84. Encaminha cópia do Termo de Revigoração e Re-Ratificação do convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e SUCAM, com interveniência da SUDESUL, objetivando a continuação do Projeto de Erradicação e Vigilância Anti Aedes Aegypti, no município de Foz do Iguaçu e outros da região. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. 9) Projeto de Lei 34/84, do Deputado Rubens Bueno. Dispõe sobre eleições diretas para Diretores de Estabelecimento de Ensino de 1.º e 2.º Graus, Regular e Especial, da Rede Estadual de Ensino. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado com substitutivo geral. 10) Projeto de Lei 112/83,

do Deputado Tércio Albuquerque. Retifica divisas e confrontações descritas no artigo 1.^o da lei 7572, conforme especifica. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto ao seu autor. Deferido. 11) Projeto de Lei 199/84, do Deputado Anibal Khury. Dá nova redação ao § único do artigo 2.^o da Lei 7711/83, conforme especifica. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 12) Proposição 166/84, do Poder Executivo - Veto ao Projeto de Lei 04/84, da Deputada Amélia Hruschka. Autoriza o P.E. estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas repartições públicas estaduais da administração direta e indireta de menores pertencentes às guardas mirins existentes no Estado e dá outras providências. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável pela apreciação do Veto. Aprovado. 13) Proposição 170/84, do Poder Executivo - Veto Parcial ao Projeto de Lei 45/84, do Deputado Sérgio Spada. Institui meia entrada para estudantes em todos os locais públicos mantidos pelo Governo do Estado do Paraná, na forma que especifica. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável pela apreciação do veto. Aprovado. 14) Projeto de Lei 195/84, do Deputado Anibal Khury. Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Núcleo Santa Efigênia, com sede e foro nesta capital. 15) Projeto de Lei 163/84, do Poder Executivo - Mensagem 124/84. Anteprojeto de Lei, objetivando estabelecer em consonância com a legislação federal pertinente, normas para fixação e cobrança de remuneração devida à Junta Comercial do Paraná, pelos serviços de registro do Comércio e atividades afins. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. 16) Projeto de Resolução 98/84, do Deputado Rubens Bueno. Regula utilização dos veículos oficiais do Poder Legislativo, na forma que especifica. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto a Comissão Executiva. Deferido. 17) Proposição 145/84, do Poder Executivo - Mensagem 145/84. Encaminhando cópia de convênio celebrado entre o Estado através da Secretaria do Planejamento e municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao Programa de Mobilização Energética. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. 18) Projeto de Lei 196/84, do Deputado Márcio Almeida. Declara de utilidade pública o Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos com sede e foro em Londrina. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 19) Proposição 158/84, do P.E. - Mensagem 156/84 - Cópia de Convênio celebrado entre o Estado através da Secretaria de Agricultura e municípios que especifica. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 20) Projeto de Lei 186/84, da Deputada Ironði Pugliesi. Declara de utilidade pública o Centro Espírito Fé, Luz e Caridade com sede e foro em Arapongas. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 21) Projeto de Lei 156/84, do Deputado Edmar Costa. Declara de utilidade pública a Ação Social São Vendelino da Paróquia do Espírito Santo, com sede e foro em Ponta Grossa. Relator de Lei 197/84, do Deputado Márcio Almeida. Declara de utilidade pública a Mitra Arquidiocesana de Londrina, com sede e foro em Londrina. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto ao seu autor. Deferido. 23) Projeto de Lei 180/84, do Deputado Roberto Requião. Declara de utilidade pública a entidade Serviço de Assistência Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus do Brasil, com sede e foro nesta Capital. Relator

Deputado Hermas Brandão. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto ao seu autor. Deferido. 24) Proposição 168/84, do Poder Executivo - Veto ao Projeto de Lei 88/84, do Deputado Antônio Annibelli. Assegura tratamento hospitalar gratuito aos integrantes da Polícia Militar do Estado em Consequência de ferimentos sofridos no desempenho de suas funções, conforme especifica. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável pela apreciação do Veto. Aprovado. 25) Projeto de Lei 194/83, do Deputado Aírton Cordeiro. Autoriza o Poder Executivo destinar a Santa Casa de Paranaguá, verba anual correspondente a 1000 ORTNs. Relator Deputado Hermas Brandão. Requerimento de vistas do Deputado Gilberto Carvalho. Deferido. 26) Projeto de Lei 187/84, do Deputado Paulo Furiatti. Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Suinocultores, com sede nesta capital. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado. 27) Proposição 162/84 do Poder Executivo - Mensagem 157/84. Cópia do termo aditivo ao convênio entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços de informação sobre o mercado agrícola, Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. 28) Projeto de Lei 41/84, do Deputado Roberto Requião e outros. Veda aos órgãos da administração pública direta e indireta, bem como as Fundações do Estado e Companhias de Economia Mista, das quais o Estado seja acionista majoritário, a contratação de serviços de terceiros. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Contrário. Rejeitado. 29) Proposição 163/84, do Poder Executivo - Mensagem 158/84. Cópia autêntica do 5.^o Termo Aditivo ao convênio entre o Estado através da Secretaria de Agricultura e o Ministério de Agricultura, objetivando execução de atividades do sistema de produção de sementes e mudas certificadas e fiscalizadas no Estado. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. 30) Projeto de Lei 200/84, do Deputado Homero Oguido. Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Federais do Paraná, com sede e foro em Londrina. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto ao autor. Deferido. 31) Proposição 171/84, do Poder Executivo - Veto ao Projeto de Lei 175/83, do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza o P.E. criar unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado, no Município de União da Vitória. 32) Projeto de Lei 201/84, do Deputado Anibal Khury e outros. O funcionário ocupante do cargo de Assistente Jurídico do P.E. ou de suas autarquias, que tiver ou vier a obter o título de mestre ou Doutor, correlato com sua habilitação profissional, será enquadrado ex-officio, dependendo de vaga, no cargo inicial de Procurador da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Requerimento de vistas do Deputado Augusto Carneiro. Deferido. 33) Projeto de Lei 223/84, do Poder Executivo - Mensagem 179/84, Visa obter autorização para abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 destinados a atender despesas com pessoal encargos sociais da FIDEPAR, conforme especifica. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, Secretário.

Deputado DJALMA DE A. CÉSAR Presidente
OSVALDO MARQUES Secretário